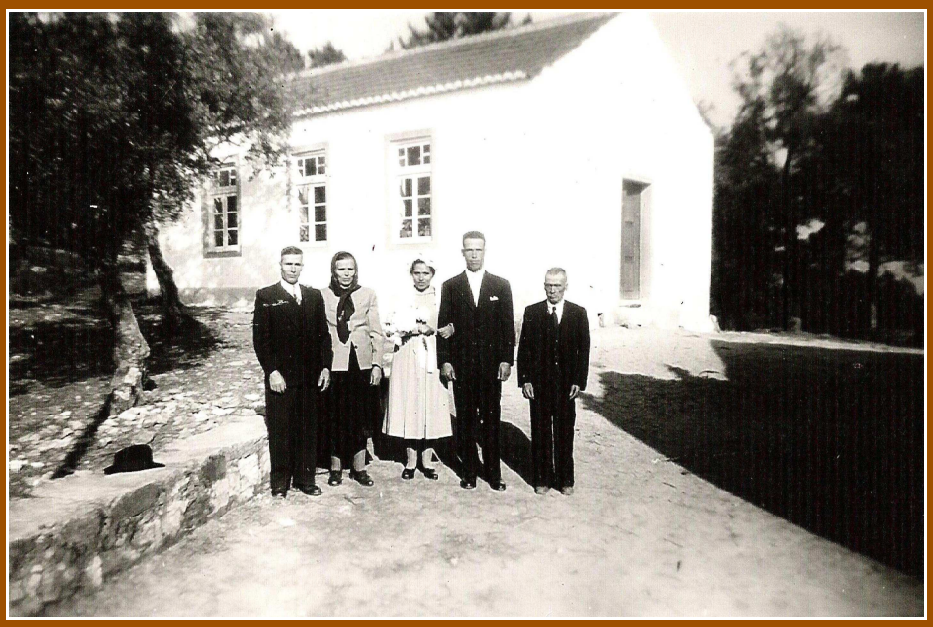
ACAFA On-line
Nº 2 (2009)

BAPTIZADO, PUBERDADE, CASAMENTO E MORTE EM RABACINAS (PROENÇA-A-NOVA)[1]

Baptism, Puberty, Marriage and Death in Rabacinas (Proença-a-Nova)

Francisco Henriques, João Carlos Caninas e Jorge Gouveia[2]



Palavras-chave: Rabacinas, ritos de passagem, baptizado, puberdade, casamento, morte

Key words: Rabacinas, rites of passage, baptism, puberty, marriage, death

---

[1] A fotografia da capa representa momento do casamento de Ilda da Conceição com Manuel Tavares (1955).
[2] Membros da Associação de Estudos do Alto Tejo.

Resumo

Apresenta-se a comunidade de Rabacinas observada numa perspectiva antropológica, através de um registo etnográfico relativo a quatro rituais de passagem, o baptismo, a puberdade, o casamento e a morte.

A realidade etnográfica retratada é a de uma pequena comunidade rural do interior do país na segunda, terceira e quarta década do século XX.

Abstract[3]

The text presents the community of Rabacinas observed from an anthropological approach, through ethnographical registry relative to the rites of passage (baptism, puberty, marriage and death).

The ethnographical reality portrayed is the one from a small rural community of the interior of the country in the second, third and fourth decade from the past century.

[3] Tradução de Luisa Carreiro Filipe.

Prefácio

O trabalho que agora se divulga foi realizado em 1993 para um momento de avaliação no âmbito da disciplina de Etnologia Portuguesa I, leccionada pela Prof.ª Doutora Paula Godinho, no 3º ano da licenciatura em Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Optámos por divulgar este documento por nos parecer de utilidade pública, ao retratar uma época e o modo de vida de uma pequena comunidade do concelho de Proença-a-Nova, e não pretendermos voltar a esta temática para a completar com as informações relativas ao registo do nascimento.

O documento que se apresenta corresponde ao original de 1993, com pequenas alterações destinadas a melhorar a construção frásica e a compreensibilidade do texto. As notas que no registo original estavam do final do texto passaram, nesta versão, para pé-de-página.

O texto de 1993 foi subscrito apenas por Francisco Henriques. No documento actual foram acrescentados dois autores, João Caninas e Jorge Gouveia, pelos contributos de cada um nas diversas fases deste trabalho.

A *atenção especial* que em 1993 prometemos dar às temáticas relativas à gravidez e ao nascimento nunca foram além da recolha de muito material etnográfico, nesta e noutras comunidades vizinhas.

Introdução

Quando em 1986 realizámos trabalho de campo de cariz etnográfico, que conduziu em 1991 à apresentação da comunicação "Rabacinas uma Comunidade perante a Morte", nas III Jornadas de Medicina na Beira Interior (HENRIQUES, GOUVEIA & CANINAS, 1992), tínhamos como objectivo continuar a recolher elementos acerca das outras importantes fases da vida dos membros desta comunidade. Este desejo não foi cumprido e tornou-se, agora, numa das principais motivações para trabalhar aquela temática, nesta comunidade.

Porquê Rabacinas? Por ser uma pequena comunidade, inserida numa área geográfica na qual temos vindo a recolher dados, desde há uma década. E porque um dos signatários está ligado a esta comunidade por laços afectivos muito fortes; os avós e o pai de F. Henriques eram naturais das Rabacinas.

Em F. Henriques pesou igualmente o facto de, enquanto criança, se deslocar com frequência a Rabacinas e desse tempo recordar fortemente os cheiros, os sons e a frescura das manhãs. Mas foram essencialmente os cheiros que o marcaram; o cheiro a acre da casa e essencialmente do quarto e da cama, o pão a cozer no forno, o fumo das lareiras no final do dia; e um certo fascínio pela ausência de energia eléctrica e a *telegrafia sem fios* que as mulheres estabeleciam entre um e outro extremo da povoação.

Por tudo isto foi a aldeia de Rabacinas escolhida.

Para facilitar a apresentação, o corpo principal do texto encontra-se dividido em quatro grandes capítulos, correspondentes aos quatro ritos de passagem abordados, baptizado, puberdade, casamento e morte. Estas secções não são, nem podem ser, estanques e cada uma delas surge como o culminar de um longo processo que se inicia nas fases anteriores.

Foi intencional a não inclusão neste trabalho dos ritos de passagem relacionados com o nascimento, exceptuando o baptismo, porque à temática *gravidez e nascimento* daremos, em tempo futuro, especial atenção. Para documentar esta temática iniciámos há cerca de três anos o indispensável trabalho de campo, infelizmente sem a continuidade desejável[4].

A informação excedentária, resultante das recolhas efectuadas no âmbito deste trabalho, será posteriormente tratada e divulgada, dado pretendermos continuar a estudar esta comunidade.

As dificuldades sentidas na elaboração deste trabalho tiveram a ver com a crónica falta de tempo e a carência de bibliografia especializada, porque as bibliotecas públicas das cidades do interior do país são de cariz essencialmente generalista e as bibliotecas das Escolas Superiores Politécnicas pouco alteraram este panorama. Por isso, tivemos que orientar o trabalho de modo bem diferente do que seria ideal.

A realidade etnográfica retratada pertence a um passado com cerca de 50 / 70 anos (1920-1940). Actualmente, pouco do que aqui registamos se mantém.

Para esta comunidade e do ponto de vista etnográfico não se conhecem outros registos bibliográficos para além dos trabalhos de HENRIQUES (1990) e de HENRIQUES, GOUVEIA & CANINAS (1992).

Durante a execução do trabalho de campo pudemos contar com o extraordinário apoio e colaboração de M. Anjos Henriques.

Este trabalho foi especificamente elaborado para avaliação parcelar da cadeira de Etnologia Portuguesa I, leccionada pela Professora Doutora Paula Godinho.

1. Metodologia

Este trabalho corresponde à elaboração de uma miscelânea de material etnográfico recolhido em tempos diversos (1983-1993) com predomínio para os anos de 1986 e 1993, já parcialmente publicado[5].

Desde 1983, temos vindo a recolher dados de caracterização de aspectos gerais da vida das gentes dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova e Rabacinas encontra-se abrangida por este perímetro geográfico.

---

[4] O trabalho de campo relativo à gravidez e nascimento em Rabacinas não foi terminado. Ficámos pela recolha do material etnográfico que se mantém inédito.
[5] HENRIQUES, GOUVEIA & CANINAS, 1992.

Em 1986 recolhemos o material que deu origem ao texto "Rabacinas uma Comunidade Perante a Morte", publicado seis anos mais tarde (HENRIQUES, GOUVEIA & CANINAS, 1992). Este texto é uma descrição etnográfica da morte em Rabacinas. Tentaremos agora enquadrá-lo numa realidade mais global que são os ritos de passagem, numa primeira leitura de conjunto.

Em 1993 e tendo como perspectiva de fundo a temática proposta, "Histórias de Vida", optámos por trabalhar junto de cinco pessoas. Com elas passámos dezenas de horas à noite, nos finais de tarde e durante os fins-de-semana.

Naturalmente que tivemos que perceber, antecipadamente, a dinâmica social da comunidade.

Para este trabalho usámos um guião, que serviu de matriz para o trabalho com todos os informantes[6].

As entrevistas foram gravadas.

Após transcrição das cassetes houve a indispensável arrumação dos materiais, o solucionar das dúvidas e a redacção do texto final.

Os cinco informantes que tornaram este trabalho possível foram[7]:

Júlia da Conceição, solteira, com 64 anos de idade, natural e residente em Rabacinas, foi sempre doméstica. Era analfabeta.

Luís Mendonça, viúvo, com 84 anos de idade, natural e residente em Rabacinas, foi trabalhador rural e barbeiro. Tinha o exame da 3ª classe.

Maria do Carmo, com 67 anos de idade, natural de Montes da Senhora, foi sempre doméstica. Era viúva de Luís Henriques natural de Rabacinas. Viveu oito anos em Rabacinas após o casamento. Sabia ler e escrever.

Maria da Piedade, viúva, com 73 anos de idade, natural e residente em Rabacinas, foi sempre doméstica. Era analfabeta.

Sebastião Gonçalves, com 74 anos de idade, natural e residente em Rabacinas, era Comerciante. Tinha a 4ª classe.

Trabalhar com cinco informantes teve como objectivo recolher melhor informação e confirmar / complementar as informações prestadas por cada um.

O recurso a informantes de ambos os sexos teve como principal objectivo o registo de práticas específicas de cada um dos sexos.

[6] O guião constituía o Anexo 1 do trabalho original, entregue para avaliação.
[7] A caracterização de cada informante corresponde ao momento do primeiro contacto.

2. Breves notas sobre Rabacinas enquanto comunidade

Rabacinas é uma pequena aldeia que integra a freguesia de Montes da Senhora, no concelho de Proença-a-Nova.

Está implantada na encosta poente da Serra das Talhadas. É uma comunidade pobre que sobrevive da exploração de pequenas áreas agrícolas que se distribuem pela encosta da serra e margens do Ribeiro.

Actualmente, existem na aldeia, uma taberna com uma pequena mercearia e um café.

A escola, construída em plena decadência da população, foi há muitos anos encerrada. Na aldeia não existe, nem nunca se conheceu capela, igreja ou cemitério.

Os moinhos, e havia vários, eram sempre pertença de grupos de indivíduos. No único lagar existente, há muito encerrado, todas, ou quase todas, as famílias tinham quota-parte.

O único forno na aldeia era comunitário. Ficava e ainda fica a escassos metros da Eira. O forno é constituído pela fornalha, propriamente dita, e por um espaço coberto e aberto para uma das três principais ruas da aldeia. No passado este espaço estava permanentemente ocupado e era deveras cobiçado e disputado. Durante o dia pertencia às crianças e às mulheres que coziam o pão. À noite aos rapazes solteiros. Durante a noite aos mendigos.

Do ponto de vista demográfico a população atingiu o seu auge entre as décadas de 30 e 40 do século XX (ver Quadro 1).

Quadro 1. População residente em Rabacinas

Ano	População
1911	250
1930	309
1940	309
1960	243
1991	64

O território de exploração desta comunidade não oferecia recursos suficientes para tamanha população. Por isso, esta gente sentia-se obrigada a sair para angariar meios de subsistência. A emigração tinha sempre carácter sazonal (ceifa no Alentejo, apanha da azeitona e outros trabalhos relacionados com o olival na área de Vila Velha de Ródão, etc.).

Na década de 50 iniciou-se o êxodo da população jovem para a cidade, principalmente para Lisboa. Alguns regressaram à origem, após a reforma. Para isso reconstruíram a casa onde viveram, enquanto jovens, ou construíram uma nova.

Actualmente não há crianças na aldeia e são escassos os jovens que nela residem, ao invés do que sucedia no passado em que as famílias eram numerosas.

Como qualquer outra comunidade, de características tradicionais, na altura as suas gentes privilegiavam a oralidade em detrimento da escrita, que raramente utilizavam.

Rabacinas era quase autónoma; consumia o que produzia. Dizemos quase porque não possuía serviços religiosos e artigos de luxo (fazenda para o fato do casamento ou baptizado, etc.). Entre os seus residentes havia as mais diversas profissões: albardeiros, sapateiros, ferreiros, alfaiates, costureiras, tecedeiras, ferradores, cesteiros, etc.

A mulher desempenhava um importante papel social. Recaía sobre ela a educação dos filhos, a administração da casa e a totalidade das tarefas agrícolas, na ausência do marido. Quando o homem estava presente colaborava intimamente com ele nestes trabalhos.

A propriedade era murada e estava pulverizada em pequenos talhões, quase sempre longe uns dos outros e estava distribuída de modo quase equitativo por todas as famílias da aldeia. Não há referência a ricos nem a pessoas que vivessem desafogadamente. Cada família tinha algo de seu, ainda que pouco e insuficiente para a sua sobrevivência. Buscava, por isso, recursos noutros locais, muitas vezes bem longe.

Nesta comunidade a herança era antecedida do acto de partilhas. As partilhas efectuavam-se por incapacidade do casal de continuar a cuidar dos seus bens, motivada pela idade avançada, ou estado de saúde, ou mesmo por morte de um dos cônjuges. Era o proprietário dos bens que marcava o momento das partilhas. Havia a preocupação de dividir os bens antes de morrer. Os herdeiros não impunham o momento de partilhas aos pais.

Para o acto de partilhas convocavam-se todos os herdeiros do casal. No dia aprazado pedia-se a colaboração de um indivíduo da aldeia que conhecesse muito bem as propriedades, o seu valor e suas potencialidades, de modo a dividir os bens num número de lotes que correspondesse ao número de filhos, de forma equitativa. Terminada a divisão, os herdeiros precisavam de estar de acordo com os bens e o valor de cada um dos lotes. Cada grupo de bens (lote) devia possuir o mesmo valor. Se algum dos grupos tinha valor superior ficava previamente combinado que a quem coubesse daria uma quantia em dinheiro, aos outros herdeiros, de modo a equipará-lo com os outros lotes. Seguia-se o sorteio cabendo a cada filho um lote. As filhas nunca eram discriminadas.

Caso o estado de saúde o permitisse era frequente os pais continuarem a residir na mesma casa e a ter o uso e o fruto dos bens que haviam repartido pelos filhos, ou de parte deles.

Pela morte de ambos os elementos do casal, os filhos herdavam o recheio da casa, também de modo equitativo.

O acto e o resultado das partilhas eram propícios ao surgimento de brechas na coesão do grupo familiar[8].

---

[8] Sobre esta temática ver: Francisco HENRIQUES, João C. CANINAS & António VICENTE (2008), Dependência Social do Idoso na Sociedade Tradicional. O Caso de Rabacinas (Proença-a-Nova), Associação de Estudos do Alto Tejo, *Açafa On Line*, nº 1, www.altotejo.org.

Rabacinas tem a sua festa anual a 15 de Agosto, data que também corresponde à festa de Montes da Senhora, sede da freguesia. Este é um momento de comunhão e partilha entre os que estão e os que partiram.

Com uma terra tão difícil o Homem trabalhava até à exaustão; vivia mal e com grande sacrifício. Trabalhava desde a mais tenra idade até às vésperas da morte. Folião. Religioso, mas não muito dado à igreja. De elevado espírito de entreajuda. Cremos mesmo que esta comunidade só pode ter resistido ao tempo pelo elevado espírito de grupo que soube manter.

Não nos alongaremos mais porque ficaremos sempre aquém do "Testemunho de Luís Henriques" que integra o Anexo II[9]. Luís Henriques[10] de um modo simples e quase dramático conseguiu transmitir uma imagem perfeita do que foi Rabacinas, das suas gentes e das suas vivências.

3. Alguns ritos de passagem

A expressão ritos de passagem foi introduzida na linguagem antropológica por Van Gennep em 1909.

Esta expressão é usada para denominar a passagem do indivíduo de uma a outra etapa da sua vida.

Cada uma das etapas necessitam de ser reconhecidas pela generalidade dos indivíduos que compõem o grupo social. O objectivo final de cada rito de passagem é alterar o estatuto de quem vai ser iniciado. O indivíduo entra no ritual ou no processo com um papel e emerge dele com um novo papel.

Ao longo deste trabalho teremos oportunidade de observar este fenómeno. Por conveniência de apresentação, como já escrevemos, os ritos de passagem que a seguir apresentamos surgem divididos em quatro categorias: baptismo, puberdade, casamento e morte.

3.1. Baptismo

O baptismo é um rito de purificação. Através do baptismo a criança passa a fazer parte da comunidade cristã. É um acto de inserção social.

Para a vida religiosa e social desta comunidade o baptismo é de primordial importância porque além de ser o primeiro sacramento recebido é o que viabiliza a recepção de todos os restantes.

Um indivíduo não baptizado fica impossibilitado de receber os sacramentos seguintes: confirmação, comunhão, penitência, ordem, casamento e extrema-unção.

---

[9] Este documento foi excluído desta versão mas pode ser consultado na secção Arquivo deste número da revista Açafa On Line.

[10] Luís Henriques (1918-1979), natural de Rabacinas e aqui residente durante 30 anos era casado à data do testemunho. Foi trabalhador rural e albardeiro. Tinha exame da 3ª classe.

Segundo fonte eclesiástica[11] o essencial e indispensável do ritual do baptismo consiste no gesto da cruz que se faz sobre o indivíduo a baptizar e na recitação simultânea da expressão "*eu te baptizo em nome do pai, do filho e do Espírito Santo*". Mais, a possibilidade de administração do baptismo em situação de urgência, baptismo *in casu necessitatis*, era alargado a todas as pessoas católicas ou não, baptizadas ou não, mas que tivessem intenção de fazer o que faz a Santa Madre Igreja. Esta situação só era permitida na ausência de um ministro ordinário da igreja.

O baptismo era o único sacramento generalizado à totalidade da população.

Uma criança que morresse sem ser baptizada "*não ia para a terra sagrada*". Situação extremamente rara pela possibilidade do baptismo *in casu necessitatis*. Na aldeia de Rabacinas nem todas as pessoas o sabiam administrar, em caso de necessidade. Com conhecimento da sua administração encontramos pessoas de ambos os sexos e de vários grupos etários.

Popularmente o baptismo *in casu necessitatis* toma a designação de *sinal da cruz*. Só se recorria a este tipo de baptismo caso o estado de saúde da criança inspirasse sérios cuidados e se receasse que a criança não resistisse o tempo suficiente para chegar a Montes da Senhora, local com padre residente. Em caso de morte a criança não deixava de ser sepultada no cemitério, mesmo que não fosse baptizada.

A criança começava a ser identificada pelo nome logo após a comunicação deste aos pais, pelo padrinho ou madrinha.

Uma criança ainda não baptizada era designada como *mourinho*.

Era variável o tempo que mediava entre o nascimento e o baptismo. No caso dos filhos de Maria do Carmo esse lapso de tempo não excedeu os três meses. Existiam, entretanto, casos raros em que a criança estava sem baptismo até cerca dos dois anos de idade. Em média este período não excedia os cinco a seis meses.

Como não havia recinto religioso em Rabacinas iam para Montes da Senhora a pé, ou mais raramente montados em burros. Acompanhavam a criança à cerimónia do baptismo o pai, os padrinhos, a parteira e os convidados se os houvesse. A mãe não acompanhava a criança à igreja; quem ia era a parteira que a tinha assistido durante o trabalho de parto. Esta levava a criança e segurava-a durante a cerimónia do baptismo. A mãe ficava em casa a preparar a comida. No percurso a criança podia ir ao colo de qualquer um dos participantes no rito.

Em Bairrada[12], que também ficava distanciada da igreja alguns quilómetros, a prática era semelhante; todos os acompanhantes podiam levar a criança excepto a madrinha. Dizem que se a madrinha transportasse a criança a tornava *brava*. A madrinha só pegava na criança depois de baptizada. Esta proibição só abrangia o dia do baptismo.

Se a criança era *brava*[13] a gente de Montes da Senhora e de Rabacinas costumava-se rebolar sobre o altar-mor de um extremo (A) ao outro (B) por três vezes seguidas (A-B, B-A, A-B)[14]. Esta

[11] António da Conceição Escarameia, pároco de Vila Velha de Ródão.
[12] Aldeia que faz parte da freguesia de Proença-a-Nova e que dista de Rabacinas cerca de 20 km.
[13] Criança que chorava muito, que exigia muita atenção dos pais, irrequieta.

prática realizava-se no dia do baptizado. Cremos que este ritual teria como objectivo impregnar a criança de energia sagrada, para a tornar mais dócil. Este fenómeno não é novo e vem na linha dos observados no trabalho de São Sebastião (HENRIQUES, 1993). O número três pode estar associado às três pessoas da Santíssima Trindade ou a associações cabalísticas.

Os dias mais usuais para a realização do baptismo eram o Sábado e o Domingo. No fim da missa eram baptizados no fundo da igreja, na pia baptismal[15].

Não há referências a pressões dos padres, junto dos pais da criança, para antecipar o baptismo. "*Estavam descansados, sabiam que todos, mais dia, menos dia, eram baptizados*".

São os pais que após consulta aos padrinhos propõem ao padre uma data para o baptizado.

Durante a cerimónia litúrgica o padre vertia água sobre a cabeça da criança (rito de purificação) e administrava-lhe na boca umas pedrinhas de sal "*para a criança ter gosto*"[16]. O padre fazia o sinal da cruz, com óleo, na testa, no peito e nas costas da criança enquanto pronunciava várias fórmulas tidas como ritos de separação do mundo anterior e de eliminação do pecado original. A parteira segurava a criança durante a cerimónia.

O padrinho segurava uma vela durante a cerimónia e num momento preciso colocava-a na mão da criança, segurando-a em simultâneo. Nesse tempo, a vela não tinha qualquer elemento decorativo.

Após o baptismo as pessoas diziam que a criança estava santa e beijavam-na com frequência e fervor redobrado.

A criança andava sempre de touca. Só no momento do baptismo é que um dos padrinhos lha retirava.

Para o baptismo levava-se uma toalha para limpar a cabeça da criança, após a execução daquele acto. Qualquer toalha servia mas, muitas vezes, usava-se uma toalha comprida com renda nos extremos, outras eram bordadas. Uma mãe que tivesse uma toalha com estas características utilizava-a no baptismo da totalidade dos filhos e podia ainda ser emprestada.

O fato do baptismo era sempre comprido e de cor branca (para ambos os sexos), ou azul para os rapazes e cor-de-rosa para as raparigas.

A aquisição do fato de baptismo era da responsabilidade da madrinha. "*Tinha a obrigação de vestir a criança dos pés à cabeça*".

O fato utilizado no baptismo do primeiro filho podia ser utilizado pelos restantes, caso as madrinhas não tivessem meios para aquisição de novos fatos. Nesta situação a madrinha oferecia à criança qualquer outra coisa, quase sempre de valor inferior.

---

[14] Para a temática relativa a *crianças bravas* ver o trabalho de Francisco HENRIQUES (2008), Psicopatologia da Criança no Sul da Beira Interior (Perspectiva Etnológica), Associação de Estudos do Alto Tejo, *Açafa On Line*, nº 1, www.altotejo.org.

[15] Em recintos religiosos sem pia baptismal os familiares da criança a baptizar levavam consigo um recipiente para receber a água que o padre vertia sobre a cabeça da criança.

[16] Identificado como rito de agregação (GENNEP, 1978).

O fato do baptizado era feito por uma costureira local e o pano comprado em Sobreira Formosa ou Proença-a-Nova.

Na Bairrada dizia-se que era bom as crianças dormirem um sono com o fato do baptismo, no dia do baptismo e depois do ritual. Em Rabacinas esta prática é desconhecida.

Não há referência a ementas especiais para o baptismo. Da refeição festiva fazia parte canja de arroz, guisado de carne fresca (carne de caprino ou ovino), arroz doce, biscoitos e broas. Os doces nem sempre estavam incluídos.

No dia do baptismo se a mãe da criança tinha pouca prática de cozinha chamava, muitas vezes, uma mulher mais sabida para a preparação da comida. Esta cozinheira podia ser a avó da criança ou uma tia.

O baptismo era festejado na casa dos pais da criança e eram estes que suportavam todas as despesas.

Convidavam-se para o baptizado os tios paternos e maternos da criança e os avós. Era raro convidar vizinhos. Se o casal tinha outros filhos estes também participavam.

Os convidados não tinham obrigação de trazer prendas para a criança ou para os pais. Se alguém o fazia era porque queria.

No final do baptismo, os padrinhos lançavam confeitos, rebuçados e amendoins sobre a criançada que se agrupava, para o efeito, à porta da igreja. Os rebuçados e os outros doces caíam no chão e as crianças apanhavam-nos no meio de grande alarido e confusão.

Os pais, independentemente dos padrinhos, compravam por vezes confeitos e rebuçados para oferecer aos filhos das pessoas a quem deviam *obrigações.*

Os padrinhos eram escolhidos pelos pais da criança. Se alguém se oferecia para ser padrinho ou madrinha era imediatamente aceite, desde que os pais não tivessem ainda convidado alguém, mas esta situação era pouco frequente.

Os padrinhos eram geralmente convidados um mês, ou um mês e meio, antes da criança nascer. Se o convite era feito depois do nascimento a possibilidade de recusa era maior. O convidado pensaria que "*era um remendo*". Isto é, que era uma solução de recurso, que outro já tinha sido convidado e recusado.

Os mais velhos dizem que "*não era bom, nem ninguém se podia negar a ser padrinho de uma criança*". Pelo casamento podia haver rejeição, mas "*para fazer uma criança cristã não se podiam negar, era pecado*".

Os nomes eram postos pelo padrinho se fosse rapaz e pela madrinha se fosse rapariga. Os pais não tinham qualquer interferência. Quase sempre os afilhados levavam o nome dos padrinhos, ou então levavam o nome do santo que correspondia ao dia do seu nascimento.

Pela nominação a criança é individualizada e simultaneamente é agregada ao grupo a que pertence. Van GENNEP (1978:68) denomina esta prática de rito de agregação.

Para padrinhos escolhiam-se, na quase totalidade das vezes, um elemento da família do pai (irmão, sobrinho, etc.) e outro elemento da parte da mãe (irmão, sobrinho, etc.). Se o padrinho e a madrinha fossem ambos do lado paterno, ou materno, os pais da criança ficavam vulneráveis a críticas pela opção feita. Outras vezes, os pais optavam por convidar pessoas remediadas, situação que não era rara, ou então um amigo. Assim, nas comunidades desta região era frequente que uma pessoa tida como remediada tivesse vários afilhados.

O recrutamento de padrinhos entre o grupo social mais elevado era um fenómeno frequente no Alentejo (PICÃO, 1983) - relembramos as fortes relações que esta comunidade tinha com o Alentejo - e menos comum na Beira (SANTOS, 1982).

Os padrinhos de uma criança desta comunidade eram quase sempre de Rabacinas ou de algumas aldeias do seu aro (Sobral Fernando, Carregais, Chão de Galego, Montes da Senhora, Maxiais).

Começava-se a ser padrinho ou madrinha de crianças por volta dos 13 ou 14 anos.

Além das funções já mencionadas cumpria aos padrinhos substituir os pais, por morte destes.

Anualmente, por ocasião da Páscoa, os padrinhos visitavam os afilhados e ofereciam-lhe o *bolo*. O *bolo* oferecido aos afilhados era geralmente um verdadeiro bolo de trigo, e ainda que se designasse como *bolo* não era doce. Raramente faziam qualquer outra oferta.

Um casal de namorados não se convidava para padrinhos de uma mesma criança. Diziam que o namoro acabava e que não casariam. Noutros locais, desta mesma área, dizem que a criança morreria. Pudemos constatar que algumas vezes um rapaz e uma rapariga começavam por ser padrinhos de uma mesma criança e depois acabavam por namorar e casar-se.

Com o baptismo estabelecem-se duas novas relações: padrinho / afilhado e compadre / compadre em que cada uma das partes tem deveres e direitos. O padrinho deve oferecer anualmente o *bolo* ao afilhado, além de todos os deveres já mencionados. Por sua vez exige ser tratado com o respeito que merece. Esta relação enfraquece após o casamento do afilhado.

A designação da relação estabelecida entre os pais e os padrinhos da criança é de compadre (padrinho da criança) e comadre (madrinha da criança). Se os padrinhos eram pessoas novas esta forma de tratamento podia alargar-se aos seus pais.

Esta mesma designação, compadre e comadre, é utilizada para denominar, entre si e após o casamento, os pais de um casal (homem - mulher) e de modo menos frequente, entre o padrinho e a madrinha de uma mesma criança. É sempre uma relação de carácter recíproco.

Uma criança chama padrinho ao seu legítimo padrinho e ao marido da sua madrinha e madrinha à sua legítima madrinha e à esposa do seu padrinho.

Se o padrinho e a madrinha forem de uma mesma casa (irmão – irmã, pai – filha, mãe – filho) a criança pode designar como *padrinhos novos* o irmão e a irmã e os pais destes como *padrinhos velhos*. Quando os padrinhos são pai – filha ou mãe – filho a designação de *padrinhos novos* é tomada pelo filho ou filha e respectivo cônjuge e a designação de *padrinhos velhos* pelo pai e pela mãe do padrinho ou da madrinha e respectivo cônjuge.

Indicam-se seguidamente algumas crendices relacionadas com o baptismo e não mencionadas anteriormente:

- O primeiro afilhado deve ser sempre do sexo masculino;

- Quem tem um baptismo incompleto (falta de palavras) degenera em bruxa ou lobisomem.

- Uma mulher grávida não pode ser madrinha, porque morre a criança baptizada ou a que traz no ventre.

3.2. Puberdade

De um modo simples a puberdade é o período da vida em que um indivíduo atinge a maturidade sexual.

É neste período da vida que o neófito começa a ser introduzido no mundo dos valores do adulto. Ao longo do texto que se segue verificar-se-á a indispensável aprendizagem no campo das técnicas, de trabalho e outras, dos padrões de comportamento, das instituições dos adultos, em suma, de uma dada cultura que até então quase passara ao seu lado. Segundo Mircea Eliade "*os ritos de puberdade implicam, de uma forma ou de outra, a revelação da sexualidade*" (ELIADE, 1969:138).

Segundo GENNEP (1978:72) "*…num e noutro sexo a puberdade física é um momento muito difícil de datar… Convém, portanto, distinguir a puberdade social da puberdade física…*", que raramente coincidem. No interior de cada uma delas é muito difícil isolar o momento preciso. Por exemplo, qual o momento em que se atinge a puberdade física? Com o nascimento da barba? A primeira ejaculação? Ou com a menarca, nas raparigas?

3.2.1. Puberdade feminina

Um indivíduo do sexo feminino só tomava a designação de mulher após o casamento, até lá era identificada como rapariga ou cachopa. Para ter o estatuto de mulher teria sempre que ser casada ou viúva. Uma rapariga que não se casasse (depois dos 30, aproximadamente) poderia levar o epíteto de solteirona, em tom de censura velada. Se era filha de um indivíduo rico ou remediado continuava a ser menina, até morrer.

Nesta época, em Rabacinas não havia meninas.

3.2.1.1. Estatuto de rapariga

O estatuto de rapariga ou cachopa atingia-se por volta dos 11, 12 ou 13 anos quando deixavam de dançar no baile das crianças e passavam ao baile dos adultos. "*Quando se começava a juntar com as outras mais velhas*" e com a menarca. Enquanto não fosse menstruada era sempre gaiata. A partir deste momento começava a acompanhar as mais velhas, progressivamente.

"*O período veio-me pela primeira vez quando andava a trabalhar com a minha irmã e mais duas raparigas e outras raparigas começaram a dizer:*

- Eu não sei o que tens. De vez em quando vais a fazer chichi.

- Olha que nós quando está para vir o …

Depois eu disse assim:

- Ele não está para vir, já cá está.

- Não, nós não nos fiamos sem tu amostrares.

Tive que lhe mostrar as fraldas"[17].

Na Bairrada, as raparigas mais velhas costumavam *aconselhar* as mais novas, que tivessem mamas pequenas, a esfregarem-lhe ortigas, ou flor de carqueja, para crescerem.

3.2.1.2. Baile

A dança é um dos modos mais primitivos mediante o qual o homem procura exteriorizar sentimentos anímicos e espirituais através do seu corpo.

Na área dos concelhos de Vila Velha de Ródão e de Proença-a-Nova bailar e dançar têm significações diferentes. No bailar os pares movimentam-se separadamente, no dançar os intervenientes agarram-se mutuamente.

Os bailes, desde que a meteorologia o permitisse, eram feitos na Eira. A Eira era um espaço alargado numa das ruas, uma espécie de pequeno largo, onde o afloramento xistoso estava relativamente nivelado.

Em Rabacinas, por esta altura, existiam dois bailes: o baile dos adultos e o baile das crianças.

É natural que as crianças vendo os adultos a dançar o queiram também fazer, integrando-se na roda. Mas acabavam por ser escorraçados com um encontrão, uma pisadela, um dito, etc. Então as mães aconselhavam as crianças a fazer um baile à parte, num canto do recinto. Deste modo, as crianças de ambos os sexos juntavam-se e dançavam; descalços, quase sempre, para não romperem os sapatos.

Havia bailes em todas as épocas do ano, excepto na Quaresma. No resto do ano a mocidade aproveitava todas as oportunidades para realizar bailes.

"*Nos Domingos, quando vínhamos da missa os moços e moças do Chão de Galego e Rabacinas, antes de nos separar, na Cruz do Chão de Galego, sempre fazíamos um baile*."

Bailes certos contavam-se com dois no Domingo, um no final da tarde e outro à noite.

[17] Fraldas eram entendidas como combinações (peça de vestuário). As raparigas não usavam cuecas.

No baile havia o mecanismo do *bota cá licença* que consistia no seguinte: um rapaz chamava uma rapariga para dançar, depois de iniciar a dança surgia um outro rapaz que dizia "*bota cá licença*". Assim, o primeiro via-se obrigado a deixar a rapariga nos braços do segundo. Esta rotatividade de parceiros dava azo a grandes discussões, entre os rapazes, por vezes acompanhadas de violência. Para uma *rapariga pedida*[18] este mecanismo deixava de actuar.

Se uma rapariga começava a dançar com outra iam logo dois rapazes separá-las. Mas, nem sempre as raparigas gostavam de ser separadas, não gostavam dos parceiros por dançarem mal. Mas se dissessem que não a um grupo de rapazes e sim a outro eram de imediato criticadas pelos primeiros.

A rapariga podia, naturalmente, dar um tampo a um rapaz. Isto é, negar-lhe um convite para dançar. Mas se na mesma música fosse dançar com outro era também criticada.

Na aldeia toda a gente sabe quase tudo de todos e exerce, sobre cada elemento, um forte controle social. As mães sobre as filhas, os rapazes sobre as raparigas solteiras e todos sobre todos. Assim, no passado, as mães acompanhavam sempre as filhas ao baile para não haver que falar da filha e delas mesmo. Porque a mãe também era criticada se permitisse que a filha fosse ao baile sozinha. Há ainda a considerar o prazer sentido pelas próprias mães porque o baile era das poucas ocasiões em que as mães saíam de casa sem ser para trabalhar. As mães iam, conversavam e ficavam a conhecer o ponto da situação dos namoros de todas as moças e moços da aldeia. Abriam uma excepção para o baile de Domingo à tarde; as mães não compareciam neste baile. Mas a generalidade dos bailes realizava-se à noite.

O baile era animado pelo cântico dos participantes, ao som das flautas, de um harmónio ou mais raramente de uma concertina.

O baile era o local privilegiado de encontro dos rapazes com as raparigas. Muitos dos rapazes eram das aldeias limítrofes, *de fora.*

Uma rapariga passava do baile das crianças para o baile dos adultos com 12 ou 13 anos. Mas, para esta passagem o corpo era relativamente valorizado, era *tido em conta*, assim como o *saber mexer-se*, o saber dançar.

A passagem ao baile das grandes fazia-se por etapas. Hoje bailava-se lá um bocadinho, amanhã outro, depois outro, até se conquistar o direito de nele dançar todo o tempo. Ser-se rapariga era um estatuto oferecido pelo grupo das raparigas, ainda que tal estatuto fosse também conquistado pela conduta da interessada. Não bastava que a candidata se assumisse como rapariga para que o grupo a aceitasse como tal.

"*Começava-se por andar atrás delas, atrás delas, mas elas (raparigas crescidas) iam-nos sempre sacudindo. Até chegar a uma altura em que eram as próprias raparigas que nos vinham chamar*".

Quando não estavam acompanhadas, por um homem da família ou uma mulher mais velha, casada, respeitada e geralmente da família, as raparigas só podiam estar fora de casa até ao sol-posto.

---

[18] Rapariga pedida: rapariga que namorava oficialmente com um rapaz. O que significava que o rapaz já tinha autorização do pai da rapariga para a namorar. O rapaz já tinha *pedido* a rapariga ao seu pai.

A rapariga lavava-se mais frequentemente do joelho para baixo. Do joelho para cima faziam-no raramente. Lavavam o corpo todo quando iam lavar a roupa à ribeira, no tempo quente, mas sempre de combinação vestida. Sob a combinação não se usavam cuecas.

3.2.1.3. Trabalho

As raparigas começavam a trabalhar muito novas. Começavam por ajudar a mãe nas lidas caseiras, ou seja, a tratar de outros irmãos, da roupa da casa, dos animais, guardavam o gado, podiam aprender costura, etc.. Guardar gado (cabras) era uma tarefa de quase todas as raparigas até aos 10 ou 11 anos, ou até um pouco mais tarde.

Uma das nossas informantes era a mais nova do conjunto dos irmãos. Tinha chegado a sua vez de guardar o gado. O irmão mais velho andava na tropa e quando vinha a casa dizia-lhe:

"*Olha Maria, tu agora …. Já não há mais nenhum para as guardar… até que não tenhas mamas assim (e colocava os punhos de ambas as mãos sobre a região toráxica) já sabes que tens que as guardar*".

Começavam a trabalhar para outrem por volta dos 9 ou 10 anos e nem sempre eram remunerados por esse trabalho; era mais importante o acto de ajudar. Funcionava como treino. Dinheiro só se ganhava por volta dos 12 ou 13 anos.

À mulher estava atribuída a função de transportar a água da fonte para casa. Eram geralmente as filhas que o faziam, ou então a mãe.

3.2.1.4. Namoro

As raparigas começavam a namoriscar por volta dos 12,13 ou 15 anos.

Para haver namoro o rapaz tinha que *pedir namoro* à rapariga e esta aceitar. O pedido de namoro consistia, muito simplesmente, em o rapaz perguntar à rapariga, de uma forma simples ou rebuscada, se ela desejava namorar com ele. A timidez do rapaz levava-o, muitas vezes, a *pedir namoro por carta*. Quando assim era nem sempre a rapariga respondia, mas se houvesse resposta era igualmente por escrito. Em cada semana uma rapariga podia namorar um rapaz diferente e muitas vezes namoravam-se dois ou três rapazes em simultâneo. Aquela que namorasse ainda mais, do que o habitual, dizia-se que "*os queria todos para ela*".

Se uma rapariga namorava um rapaz e se entretanto lhe aparecesse um outro de que gostasse mais, deixava o primeiro e voltava-se para o segundo, mas se lhe aparecesse um terceiro de que também gostasse e tivesse mais *pés de oliveira* rompia namoro com o segundo e começava com o terceiro, sem problemas.

Uma rapariga que namorasse não estava impedida de dançar com quem quisesse.

Os namorados eram quase sempre mais velhos que as raparigas.

Além de se verem nos bailes escreviam-se com alguma assiduidade.

O rapaz ideal, do ponto de vista da rapariga, era acima de tudo um rapaz bem-parecido e alto.

O rapaz ideal para casar uma filha, do ponto de vista dos pais, era um rapaz trabalhador, que tivesse mais bens que a rapariga e que fosse de *boas famílias*. Aqui, uma *boa família* era entendida como uma família equilibrada; sem grandes *lidas* nem discussões entre os seus elementos e que fizesse boa vizinhança. Era importante que tivesse ficado apurado nas *sortes* (inspecção militar) e cumprido o serviço militar. Tendo sido apurado e se não fosse chamado para o serviço militar o pai da rapariga logo dizia: "*ele que não foi à tropa, algum defeito tem*"[19].

Entre as raparigas não era mal visto o rapaz que não tivesse ido à tropa.

Entre estes dois ideais não era fácil existir conciliação. Mas se os pais colocavam impedimentos ou estorvavam o namoro das filhas elas acabavam, quase sempre, por namorar às escondidas. Não se perdia oportunidade para namorar. Assim, namorava-se durante as tarefas agrícolas (debulha, desencamisa, etc.), quando se vinha da horta, na fonte, nos pequenos passeios de Domingo à tarde, nas idas e vindas da missa, mas essencialmente nos bailes. Não havia o hábito de se namorar à janela ou à porta.

Uma rapariga só dava verdadeira importância ao namoro se o rapaz tivesse cumprido o serviço militar e mesmo que namorassem antes do seu cumprimento o casamento só seria tratado depois da vinda do rapaz da tropa.

Antes do casamento o rapaz pedia a rapariga aos pais desta. Antes do pedido, o rapaz e a rapariga aprazavam uma data, entre si. A rapariga informava os seus pais da vinda a casa do rapaz e do objectivo. O *pedir a rapariga* não era motivo para festa, nem refeição especial. Geralmente pedia-se a rapariga ao fim de alguns meses de namoro e quando se pretendia casar com ela. Este momento era muito importante, pois a partir dele o rapaz tinha o direito de entrar na casa da namorada e passava a pertencer ao seu grupo familiar, ainda que pudesse vir a romper o namoro, o que era raro. A rapariga, *por vergonha*, não estava presente no momento em que o rapaz fazia o pedido a seu pai.

A partir deste acto o namoro passa a fazer-se na cozinha e na sala, ao pé dos pais da rapariga, ou pelo menos da mãe. A mãe tinha como missão guardar a "*honra da filha*". A partir da autorização de namoro, a rapariga dançava, preferencialmente, com o rapaz que a havia pedido, com algumas excepções para os irmãos, para um grande amigo do rapaz ou para um vizinho da rapariga. Depois do casamento só dançavam com o marido ou, ocasionalmente, com algum cunhado.

Todas as informantes foram unânimes em reconhecer que nesse tempo não se beijavam os rapazes, nem eles a elas. Uma rapariga que recebesse um beijo do rapaz, ou que fosse apalpada "*ah, essa rapariga já não se casava*". "*As raparigas só se metiam debaixo deles isso… só no dia do casamento*". "*Só se conhecia o marido no dia do casamento*". "*Nesse tempo não havia poucas-vergonhas como hoje há, nunca se ouviu dizer que este ou aquele rapaz deu um beijo à rapariga ou que andava metida*[20] *com ela*".

---

[19] Ainda que naquela época houvesse muitos rapazes que não fossem à tropa.
[20] Manter relações sexuais, ocasionais ou não.

As mães eram, naturalmente, as mais críticas em relação à conduta das filhas, "*estavam sempre em cima de nós*". Eram elas também que as avisavam dos perigos, de ficar grávida, de namorar com um bêbado. "*Olha se ele agora é assim, como não será casado!?*" "*Os pais não queriam saber, por isso as raparigas queriam mais aos pais que às mães*".

Até ao casamento uma rapariga convivia sempre com outras raparigas. E, por exemplo, só deixava de jogar à péla após o casamento.

As raparigas casavam-se por volta dos 20 anos, salvo se tivessem sido *enganadas*. Aquela que não se casasse até aos 25 anos teria dificuldade em se casar a partir daí.

Para o casamento, a riqueza, actual e futura, de cada um dos nubentes era um factor importante. Se uma rapariga namorava um rapaz que tivesse menos bens que ela os pais desencorajavam-na, principalmente a mãe. Relembrava-lhe frequentemente o facto. "*Só queriam riqueza, um que tivesse muitas oliveiras, muitos pinheiros, muito mato*".

A rapariga não valorizava de sobremaneira a situação financeira do rapaz, ao contrário dos pais; para a rapariga eram mais importantes as características físicas e psíquicas do rapaz.

A propriedade fundiária era muito importante, porque a riqueza de um indivíduo media-se pelo seu tamanho e valor. Mas para a rapariga o motivo fundamental para casar com um rapaz era que gostasse dele. Na escolha do rapaz era ela quem mandava, mas não deixava de ser aconselhada e repreendida pelos pais. Os pais não tinham poder para obrigar as filhas a casar com quem eles desejavam.

Para enfrentar a intransigência dos pais a rapariga podia *fugir* com o rapaz. Algumas vezes era a própria rapariga a fazer a proposta. A partir da fuga os pais davam o consentimento ao casamento, ainda que contrariados.

A fuga da rapariga assume também um papel de ritual de passagem. Em Rabacinas chegou a haver casos de fuga.

Os pais dos fugitivos não os procuravam. Quando o casal de namorados regressava e se já não queriam casar eram os pais que os obrigavam a consumar o casamento. Na aldeia esta prática era muito condenada e "*durante duas ou três semanas não se falava noutra coisa*".

Enganar a rapariga era outro meio utilizado para acelerar o casamento ou vencer a resistência dos pais. Mesmo sem resistência ao casamento, por parte dos pais, e tendo já sido *pedida,* a rapariga podia aparecer grávida. Logo que esta situação fosse conhecida os pais preparavam o casamento o mais rapidamente possível. A comunidade de Rabacinas pareceu-nos ser relativamente tolerante em relação a esta situação.

Colocámos a uma das informantes a seguinte questão: "o que leva uma rapariga a não se casar?"

Obtivemos como resposta a quadra seguinte que expressa muito bem o desajustamento dos gostos.

"*A amoreira da Devesa*
Tem uma amora na ponta
Quem eu quero, não me quer
Quem me quer não faz conta."

3.2.2. Puberdade masculina

Um indivíduo passa de criança a rapaz por volta dos 12 a 14 anos. A masturbação e a produção de esperma eram determinantes nessa passagem. Para a sexualidade activa havia rapazes que despertavam mais cedo que outros. Tinha grande importância a influência externa (irmão, primo, etc.).

Até ao casamento, ou mesmo depois do casamento, um rapaz nunca fumava junto dos pais. Era uma falta de respeito. Excepto se tivesse permissão destes.

"*Os homens tinham maior autoridade que os rapazes. Porque os homens já governavam a vida e os rapazes ainda estavam para se curtir, para apanhar o calo de homem. Só se era homem depois do casamento; até aí era-se rapaz*."

3.2.2.1. Baile

Havia dois bailes, como foi referido para a puberdade feminina. Os rapazes integravam-se no baile dos mais novos até cerca dos 16 anos ou um pouco mais tarde. Os mais novos apenas ocupavam uma ponta da eira. Se chovia os mais velhos procuravam um recinto coberto e os mais novos procuravam outro, caso o primeiro fosse pequeno para os dois grupos.

Os rapazes só integravam o baile dos mais velhos após terem ganho uma remuneração na ceifa, como homens.

No primeiro ano que os rapazes ascendiam ao baile dos adultos as raparigas ainda ofereciam alguma resistência em dançar com eles, excepto aquelas que também tinham ascendido recentemente àquela categoria. Se o rapaz dançava com uma rapariga mais velha diziam logo: "*Oh fulana, ensina esse qu'ele ainda é galucho*".

As raparigas acediam ao baile dos crescidos mais novas que os rapazes.

3.2.2.2. Namoro

Competia ao rapaz pedir namoro à rapariga. O pedido de namoro era geralmente muito simples, fazia-se em meia dúzia de palavras. Outras vezes, por incapacidade de vencer a timidez, o pedido era escrito.

Não era factor de impedimento, na perspectiva do rapaz, que uma rapariga tivesse namorado outros rapazes. Indispensável era que não tivesse tido o *azar* de ficar grávida ou que não corressem rumores de ter *andado metida* com algum deles.

O baile continuava a ser o lugar ideal para se pedir namoro e receber a resposta. Vejamos uma quadra ilustrativa de um rapaz que aguarda a resposta a um pedido de namoro.

"Eu estou à tua beira
Como um feixinho de lenha
Estou à espera da resposta
Que da tua boca venha."

Tal como a rapariga, o rapaz podia namorar simultaneamente duas e três raparigas, ainda que em aldeias diferentes.

As raparigas eram geralmente a causa das grandes zaragatas ocorridas entre os rapazes.

A rapariga ideal para os rapazes era aquela que fosse um pouco *presunçosa*, anafadinha, bem-parecida e essencialmente que tivesse muito paleio. "*As mais moles ou que não tinham tanto paleio não eram tão cobiçadas. É que os rapazes iam-se pelo paleio e agradavam-se delas*".

Até serem pedidas, as raparigas namoravam pelos caminhos, no baile, etc. Durante o baile os rapazes sentavam-se, por vezes, ao lado das raparigas que estavam junto das mães e conversavam. As mães não se incomodavam, até porque já sabiam ou desconfiavam do namoro da filha.

Após a aceitação do pedido o rapaz ia namorar para casa da rapariga. Mesmo em casa a rapariga tinha sempre um vigia a seu lado, que era quase sempre a mãe ou uma irmã, como referido anteriormente.

3.2.2.3. Ceifa e outros trabalhos

Logo que a criança saía da escola recomeçava a guardar gado, porque já o guardara antes de ir para a escola, ou iniciava o trabalho nas tarefas agrícolas.

Todos os rapazes de Rabacinas iam à ceifa, mesmo os filhos das famílias que viviam melhor. Iam pela primeira vez com 12, 13 ou 14 anos. No primeiro ano não ceifavam. Atavam a semente ou transportavam a comida do monte para todo o pessoal. No segundo ano continuavam a fazer molhos e a atar o pão mas já começavam a ceifar, ainda que durante curtos períodos de tempo. Uns rapazes andavam a ceifar até ao almoço enquanto outros atavam os molhos, depois trocavam até ao *gaspacho*[21]. No último período, até haver luz do dia, recomeçavam os da manhã.

[21] Refeição que corresponde ao actual lanche e que tomava o nome da comida servida, gaspacho.

Os homens iam à frente a ceifar. Cada rapaz devia atar o pão ceifado por três homens. O rapaz, a partir do momento em que ganhasse como homem devia atar o pão ceifado por quatro homens.

Os rapazes ao fim de três ou quatro anos de ceifa começavam a *ganhar por inteiro*, por volta dos 16, 17 ou 18 anos.

No primeiro ano que o rapaz ganhasse como homem tinha que *pagar a patente*.

Para pagar a patente um indivíduo obrigava-se a dar 100 mil réis do seu vencimento, que depois eram distribuídos, de forma equitativa, por quantos ganhassem como homens. Naturalmente que a partir do momento em que pagava a patente passava a ter estatuto de homem e usufruía dessas mesmas regalias. Assim, era também contemplado com a sua quota-parte do dinheiro que outros, na mesma circunstância, desembolsaram.

Na altura um homem trazia da ceifa 300 ou 400 mil réis e um rapaz que ia pela primeira vez trazia 100 ou 150 mil réis.

Em Rabacinas um rapaz começava a ganhar como homem entre os 12 e os 14 anos, nos trabalhos agrícolas. Isso dependia do físico, da destreza e essencialmente de ir ou não acompanhado por um familiar chegado, já homem (pai, irmão, tio).

Os rapazes que não iam à ceifa não pagavam a patente. Chegados à idade passavam ao grupo dos adultos. O estatuto de rapaz era dado e reconhecido pelo grupo. Não podia ser tomado pelo próprio, ainda que este se esforçasse por alcançá-lo. É o exemplo do banho conjunto em que os indivíduos mais velhos seleccionavam algum mais novo que pudesse começar a participar, "*tu podes vir, mas aquele não*" diziam eles.

Algumas vezes, um indivíduo novo começava a acompanhar um mais velho quando este, por exemplo, era o único de Rabacinas a namorar uma rapariga noutra aldeia. Esta prática era também uma aproximação ao grupo dos rapazes.

3.2.2.4. Serviço militar

O serviço militar era um momento crucial da vida de um rapaz e surge ligado a fenómenos de iniciação em que o corpo tinha um papel relevante. Era um dos momentos de afirmação como rapaz.

Todos os rapazes gostavam de ir ao serviço militar e era importante ir. Chegavam a pedir para cumprir o serviço militar. Porque com a tropa cumprida tinham acesso facilitado a *empregos do Estado*.

Quando iam para a tropa costumavam dar uma volta pela povoação a despedirem-se das pessoas. Em contrapartida todas as famílias lhes davam alguma coisa.

"*- Oh ti Luís eu vou-me amanhã para a tropa.*

- Olha, toma lá meu homem que sejas feliz".

O rapaz recebia então uma comparticipação da pessoa visitada que variava entre os cinco e os vinte escudos. Esta prática terminou há poucos anos.

Do rapaz que não ia à tropa diziam: "*ah! aquele coitado, já nunca apanha emprego que preste. Todos gostavam de ir, só por causa do emprego*".

Por isso as raparigas também preferiam os rapazes que tivessem ido à tropa. Dos que não iam à tropa elas diziam: "*tem que ser cavador toda a vida. Elas não gostavam de um homem que tirasse as botas ao pé da cama e deixasse o chão cheio de terra*".

As raparigas que namorassem um rapaz que andasse na tropa ou que a tivesse feito diziam-lhes: "*tu ainda hás-de ser uma senhora, o teu homem ainda há-de ir para um emprego*". Àquelas cujo homem não tivesse ido à tropa iam diziam, nas suas costas: "*tem que ser uma arrastada toda a vida. A vida inteira a tratar da terra*."

A primeira relação sexual do rapaz ocorria durante o período da tropa, ou logo após o seu cumprimento. "*A rapaziada até dizia para os que iam para a tropa: «agora vais para a tropa, vais lá trabalhar alguma, agora deixas lá os três»".* Os que já tinham vindo da tropa, com os que iam ou estavam lá *"começavam a caçoar uns aos outros: «então já foste a tal parte?»*". Os rapazes mais espertos logo que tivessem oportunidade experimentavam. "*Por aqui* [em Rabacinas ou nas aldeias da envolvência] *e antes do casamento só os que tinham muita habilidade*".

3.2.2.5. Forno e patuscadas

Por vezes os rapazes juntavam-se e iam roubar uma galinha ou um coelho e comiam-no, num palheiro. Chegavam a pedir às mães um ou dois chouriços para estes petiscos. A participação nas patuscadas começava por volta dos 16 ou 17 anos e ia até ao casamento. Os casados nunca participavam.

Muitas vezes um rapazote roubava ao pai uma ou duas garrafas de vinho[22] para acompanhar os mais velhos nos petiscos, para tentar acelerar o processo de integração. Ainda que em Rabacinas houvesse taberna, os rapazes preferiam reunir-se no forno, porque não tinham muito dinheiro para gastar. Há sessenta anos ganhavam cerca de seis mil réis por dia. Na altura, todo o dinheiro que ganhavam era entregue aos pais que por sua vez lhes davam alguma coisa aos fins-de-semana, mas que era insuficiente para quem fumasse e bebesse um copo de vinho.

Dos Santos à Páscoa os rapazes reuniam-se no forno da aldeia que, com dissemos, era comunitário. Tinham acesso ao forno os rapazes que na ceifa tivessem ganho como homem.

"*No forno falava-se de tudo o que era de ruim. Falava-se das raparigas de todos os lados de onde nós as conhecêssemos. Mesmo das daqui. Fulana é esta, fulana é aquela. Fulana é boa*". Recebiam-se e enviavam-se recados "*tu andas com vontade de casar com fulana mas escusas*

[22] Aqui a quase generalidade das pessoas tinham adega que estava, quase sempre, localizada no campo, numa propriedade.

de andar que ela não te quer". Os rapazes permaneciam no forno até às dez horas / meia-noite[23].

O forno servia de local de reunião e de passagem de segredos, por isso os mais velhos expulsavam os mais novos. Ameaçavam-nos com porrada[24]. Durante o Verão os rapazes reuniam-se na rua.

3.2.2.6. Jogos e outras actividades

Entre os jogos que passaremos a referir contam-se o jogo do pião, o jogo do fito, os jogos de cartas e outras actividades lúdicas.

O jogo do pião deixava de ser jogado com o fim da frequência da escola primária. O jogo do fito era um jogo de rapazes e tanto jogavam os mais novos como os mais velhos. Os mais velhos jogavam a dinheiro, tostões, e os mais novos a *marcas*, botões. Podiam jogar quatro, cinco, seis, ou mais elementos.

As cartas só eram jogadas por homens e adultos jovens, geralmente após a vinda da tropa.

Eram as crianças do sexo masculino, desde os oito ou nove anos, e os rapazes, até cerca dos 20 anos, que recolhiam a lenha para a fogueira de Natal. Para o efeito iam de porta em porta pedi-la e se alguém não contribuía planeavam roubá-la. A contribuição não impedia que fossem roubados e para evitar esta situação, na época natalícia, as pessoas escondiam a lenha e a madeira que não estavam devidamente resguardadas. O roubo era geralmente efectuado pelos mais novos mas sob ordem e supervisão dos mais velhos.

Havia todo o interesse em que os mais novos cumprissem cabalmente as ordens dos mais velhos. Eram nestas pequenas acções que eram postos à prova. O seu sucesso ou insucesso eram detalhadamente comentados. Os insucessos provocavam a crítica de todos, dos rapazes mais velhos e/ou dos mais novos, e a vitória a recompensa. Vários insucessos, protagonizados pela mesma pessoa, criança, podiam resultar num atraso no reconhecimento do seu estatuto de rapaz, por parte do grupo.

No meio da Quaresma era hábito a mocidade, com dez a 15 anos, fazer o *serrar das velhas*. Os rapazes e as raparigas juntavam-se e iam pela rua fazendo muito ruído com chocalhos e campainhas das cabras, que tinham previamente tirado aos animais. Chegados à porta de um velho faziam grande alarido e gritavam a seguinte quadra:

"*Serram-se os velhos*
No meio da Quaresma
Venham enxadas e enxadões
Para enterrar estes velhões."

---

[23] O forno era um espaço muito disputado. Durante o dia era ocupado pelas mulheres e pelas crianças. À noite pelos rapazes e após a sua saída era ocupado pelos vagabundos e pedintes, por ser um lugar coberto e aquecido.
[24] Ver também o Testemunho de Luís Henriques (neste número da revista *Açafa On Line*) sobre o que os mais velhos faziam aos mais novos que insistiam em permanecer no forno.

Se havia velhos que reagiam bem outros respondiam com *penicadas.*

Durante o Verão os rapazes iam tomar banho, nus, à Barroca João e à ribeira da Fróia. Participavam os rapazes com mais de 15 anos. Mas nem sempre os indivíduos com vinte e mais anos viam com *bons olhos* os de 15 anos.

A criança começava a ser conhecida por alcunhas por volta dos sete ou oito anos, qualificativo que perdurava até ao fim dos seus dias.

3.2.2.7. Rapazes solteiros

Um rapaz que não se casasse não ascendia à categoria de homem e era denominado solteirão. Mas há cerca de 60 a 70 anos havia poucos rapazes solteiros em Rabacinas.

Porque ficavam os rapazes solteiros? A esta questão foi-nos respondido que "*não tinham habilidade para as raparigas, são atrasados, têm medo delas*".

Os familiares e os amigos ajudavam muitas vezes um solteirão a casar-se. Assim, depois de conhecer o desejo do rapaz solteiro em casar-se, o(a) casamenteiro(a) falava com uma cachopa, que muitas vezes estava na mesma situação e depois do consentimento desta vinha o interessado falar com ela. Nesta situação o objectivo já não era tanto namorar, ou fazer um namoro curto, o objectivo principal era casar. Muitas vezes o que faltava ao rapaz era vencer a timidez inicial para falar com a rapariga.

3.3. Casamento

A nível individual o casamento é o mais importante rito de passagem. É um rito de agregação. No que concerne às suas manifestações é relativamente diferenciado de comunidade para comunidade. Ainda assim é caracterizado, a nível geral, por cerimónias colectivas com troca de visitas, danças, cerimónias religiosas, comensalidade e outras manifestações.

O casamento em Rabacinas interferia com a vida da quase totalidade das pessoas, englobando-as, directa ou indirectamente, no processo de acompanhamento dos noivos na alteração dos seus papéis sociais.

Para o casamento o rapaz queria uma mulher virgem. "*E se não fosse lá ia aguentando*". Estamos plenamente de acordo com LEBRUN (1983:91), quando escreve: "*quanto à castidade das raparigas, a honra feminina por excelência, é certamente objecto de cuidado, mas é sobretudo por causa do risco de gravidez: a desonra reside menos na perda de virgindade, que é fácil de manter em segredo, que na "fatal gordura" que é bem difícil de dissimular*".

O rapaz casava-se preferencialmente entre os 24 e os 26 anos de idade e, até ao casamento, entregava tudo quanto ganhava aos pais.

Os rapazes de Rabacinas casavam preferencialmente dentro da própria comunidade, ou em povoações próximas como Chão do Galego, Montes da Senhora, Catraia Cimeira, a Norte de

Rabacinas. Esta endogamia geográfica é uma das importantes características das comunidades rurais.

Há uma tendência, quase natural, para que o casamento se faça dentro do mesmo grupo social.

Havia casamentos todo o ano, excepto no período da Quaresma.

Na comunidade em análise não se conhecem casos de divórcio ou separação.

3.3.1. Contratação do casamento

Os pais do rapaz após seis meses ou um ano de namoro iam a casa dos pais da rapariga tratar do casamento. Nesta ocasião, combinavam-se procedimentos e marcava-se a data do casamento, ainda que provisória. Nesse dia os pais do rapaz almoçavam ou jantavam em casa dos pais da rapariga. A partir desta altura as futuras comadres já se visitavam, "*sem medo que o povo fale*". O tratamento por compadre só passará a vigorar depois do casamento. Compadre ou comadre é a forma de tratamento que os pais dos noivos passarão a utilizar entre si, ou perante terceiras pessoas.

3.3.2. Preparação do casamento, fatos e higiene

Cerca de um mês antes, os pais do rapaz e da rapariga iam tratar do casamento com o padre, a Montes da Senhora. Depois, o padre comunicava o evento na missa em cada um dos três Domingos anteriores ao casamento (banhos) tentando detectar impedimentos.

A casa dos noivos era limpa e arrumada pelas raparigas solteiras da aldeia, com a colaboração da mãe da noiva, três ou quatro dias antes do casamento. A família da rapariga era responsável pela preparação da casa. Isto não impedia, entretanto, que a família do rapaz colaborasse. A cama de noivado era feita pelas amigas da noiva, por qualquer mulher recém-casada ou pela madrinha.

Era mais frequente o rapaz ir morar para a terra da rapariga. "*A rapariga puxa sempre para a terra dela*". Trata-se da matrilocalidade também referenciada para Chãos, aldeia do concelho do Fundão (SANTOS, 1992).

O fato e o calçado dos noivos eram especialmente feitos para o casamento. O tecido era comprado em Sobreira Formosa, em Proença-a-Nova ou a algum paneiro que passasse por Rabacinas, por exemplo a Ti Maria Rita. O fato e o calçado eram feitos localmente. As despesas inerentes ao fato e calçado eram da responsabilidade dos pais dos noivos.

O vestuário do noivo era constituído por fato preto completo (calça, casaco e colete), camisa branca, gravata clara, camisola interior, ceroulas, meias e sapatos.

O vestuário da noiva era composto por fato (saia e casaco) de cor variada (cinzento, castanho, verde, etc.), roupinhas (soutien, combinação, camisa[25] e cuecas), sapatos e um véu preto sobre a cabeça, sem cobrir a face. O fato era depois utilizado em muitas outras ocasiões. As noivas não levavam ramo de flores.

Na véspera do casamento a noiva dava uma volta pela povoação, principalmente junto das pessoas mais íntimas, e ia dizendo "*vou-me casar amanhã, tinha vida de solteira e agora vou para a vida de casada*", ao que as pessoas respondiam, "*Deus te dê boa sorte e que sejas feliz*". Esta situação funcionava como uma despedida de solteira. Geralmente não recebiam nada em troca. Outras vezes davam-lhe um prato, ou qualquer outra coisa.

No dia do casamento a rapariga tomava sempre banho, numa bacia. A madrinha, desde que não fosse muito velha, ou outra qualquer mulher recém-casada, ajudava a vestir a noiva.

O rapaz tomava banho, que não exigia cuidados especiais, na véspera do casamento e ninguém o ajudava a vestir o fato do casamento.

3.3.3. Casamento

Eram os pais dos noivos e os noivos que dirigiam os convites aos participantes.

Para padrinho e madrinha do casamento convidavam-se, preferencialmente, os padrinhos do baptismo. Se estes não queriam, ou não podiam, convidava-se então qualquer outra pessoa.

Os pais dos noivos convidavam obrigatoriamente os seus avós, os pais, os irmãos e respectivos sobrinhos. Podia convidar-se, ainda, um ou mais vizinhos, o que nem sempre acontecia, de modo a limitar as despesas.

Os noivos convidavam os seus amigos solteiros, estes mais frequentemente, ou casados. Era dever de um amigo, mesmo casado, retribuir a participação no casamento de um outro que participara no seu, desde que convidado. Se não pudesse participar nas cerimónias enviava a sua dádiva ao noivo ou à noiva. Esta dádiva funcionava como retribuição da que havia recebido na altura do seu casamento. Esta prática era comum para ambos os sexos.

O dia do casamento era caracterizado por três grandes momentos, a cerimónia religiosa, a refeição após a vinda da igreja e o baile, à noite.

A noiva não participava no almoço colectivo no dia do seu casamento. Foi-nos explicado que não era bom neste dia o rapaz ver a rapariga sem estar *vestida de noiva*. Terminado o almoço todos se iam vestir a rigor.

O ponto de encontro para todos os convidados, do noivo e da noiva, era à porta da casa do noivo. O noivo saía de casa acompanhado pela sua madrinha e seus convidados e dirigiam-se a casa da noiva. Depois seguiam para os Montes da Senhora. Os noivos eram quase sempre os últimos do cortejo. Ela ia a cavalo no mesmo animal que o padrinho. O padrinho ia na parte

[25] A camisa era uma peça de roupa parecida com a combinação só que mais curta e sempre de cor branca. A combinação podia ser de qualquer cor.

dianteira do animal e levava as rédeas. Ele ia no mesmo animal que a madrinha e levava as rédeas, ocupando a parte dianteira do animal. Como dissemos, o noivo ia buscar a noiva ao local da sua residência, nem que para isso tivesse que fazer muitos quilómetros, mas não podia, nesta ocasião, entrar em sua casa.

O ponto fulcral da cerimónia religiosa residia na aceitação mútua, pelos noivos, do seu estatuto de casal. Na generalidade dos casos não eram usadas alianças.

De volta, já recebidos, o noivo e a noiva ocupavam o mesmo animal e abriam o cortejo. Os padrinhos e as madrinhas vinham com os respectivos cônjuges.

Os pais dos noivos não os acompanhavam a Montes da Senhora. Ficavam em Rabacinas a tratar e a colaborar em tudo quanto necessário fosse.

O percurso de ida e volta para Montes da Senhora, onde se iam receber[26], era feito em burro e mais raramente em macho ou mula. O melhor animal do cortejo, ou mesmo da povoação, era ocupado pelos noivos. Para esta ocasião revestiam as albardas de todos os animais participantes, cerca de vinte e cinco a trinta[27], com uma colcha ou uma manta bonita. Quem não tinha burro ia a pé. Mas neste dia toda a gente emprestava os burros aos participantes no casamento.

Chegados a Montes da Senhora os animais eram presos às oliveiras que envolviam a igreja e as pessoas iam para a cerimónia. Na altura do Entrudo era costume que grupos de cachopas, dos Montes, escondessem os burros dos participantes no casamento. Atavam-nos a outras oliveiras bem mais longe ou levavam-nos para palheiros que por ali havia.

As pessoas zangavam-se. Se os burros pertenciam a velhotes as raparigas acabavam por dizer o local onde os tinham escondido. Se os burros eram de rapazes novos não os informavam e ainda os atentavam. Em qualquer das situações as raparigas nunca iam buscar os animais que esconderam. As raparigas agiam em grupos de seis e sete.

Em Rabacinas, quando os noivos e respectivo acompanhamento chegavam à Portela [28] atiravam dois foguetes[29] anunciando a sua chegada.

As mulheres e as raparigas da aldeia vinham então lançar sobre os noivos uma mistura de pétalas de flores, trigo e arroz, que traziam num cestinho de verga ou num prato. As madrinhas ou padrinhos retribuíam o gesto com uma mão cheia de rebuçados, amêndoas e confeitos que deixavam no cesto ou no prato que contivera as flores. Paralelamente, lançavam sobre as crianças guloseimas semelhantes que eram apanhadas em grande frenesim.

O local do festim dependia da época do ano e do número de convidados. Se o tempo o permitia podia ser ao ar livre, sob uns toldos constituídos com panais de azeitona, se o estado do tempo

---

[26] Receber é o termo que as pessoas aplicam mais correntemente ao acto de ir à igreja.
[27] Por este facto foram localmente famosas as burricadas de Rabacinas.
[28] A cerca de 300 m do centro da aldeia. Lomba a partir da qual, para quem vem do norte, se avista a povoação.
[29] No trabalho Culto a São Sebastião no Sul da Beira Interior – Primeira Leitura, escreve HENRIQUES (1993): "*é com o fogo que se assinala e transmite à restante população o andamento da festa… e a chegada esperada de qualquer elemento importante*." Também aqui os dois foguetes têm a função de assinalar o andamento da festa e anunciar a chegada à povoação dos noivos que por serem noivos gozam neste dia de estatuto privilegiado.

era desfavorável qualquer casa servia, desde que tivesse tamanho adequado, mesmo a casa onde os noivos fossem residir.

Quando os noivos chegavam à mesa da refeição abriam a terrina aí colocada e do seu interior saía uma pomba, uma rã ou qualquer outro animal que saltasse[30].

Na noite do casamento fazia-se o baile, excepto se algum familiar dos noivos tivesse falecido recentemente. Para o baile os pais do noivo, ou o próprio noivo, contratava um tocador de concertina. Tinham acesso ao baile os participantes do casamento e as raparigas especialmente convidadas para o efeito, mesmo que não tivessem participado nas cerimónias anteriores[31]. Os rapazes não precisavam de convite, participavam os que queriam.

Para os convidados a boda incluía o jantar, a ceia, da véspera do casamento, todas as refeições do dia do casamento e nalgumas situações o almoço do dia seguinte. No casamento havia sempre comida e bebida com fartura. Os homens embebedavam-se com frequência. Não era raro comerem duas pessoas do mesmo prato, por falta de espaço ou de loiça.

Por ocasião do casamento era habitual as famílias pedirem loiças emprestadas. Cada família, *per si*, não possuía loiça suficiente[32].

No final da boda as sobras alimentares eram divididas equitativamente pelos pais dos noivos, deixando também o suficiente para o casal recém-formado.

Havia uma única festividade. Os pais da rapariga e os pais do rapaz uniam-se para fazer a boda e a despesa inerente era dividida *a meias*, isto é, era dividida em partes iguais pelos pais dos noivos, independentemente do número de indivíduos que cada um dos nubentes convidasse para o casamento.

3.3.4. Dádivas aos noivos

Era dever dos pais dos noivos arranjarem-lhes casa. Em Rabacinas os noivos nunca iam para casa alugada, costume alargado a outras comunidades dos concelhos de Vila Velha de Ródão e de Proença-a-Nova, nem que para isso os seus pais tivessem que adaptar um palheiro a residência.

Até que houvesse partilhas tomavam posse de umas oliveiras e de uma horta. Estes bens só poderiam pertencer ao casal, com carácter definitivo, após as partilhas. Eram, muitas vezes, os pais do rapaz que emprestavam estes bens.

Era comum um dos filhos casar e voltar para a casa dos pais.

---

[30] Prática copiada dos jantares do Espírito Santo? Nesta área o culto do Espírito Santo não está muito difundido. Acto simbólico de fuga a um estado e ingresso num outro?
[31] Isto acontecia porque nem todas as raparigas ou rapazes da aldeia eram convidados.
[32] Por isso cada família tinha a sua loiça assinalada com um qualquer sinal para que, nestas ocasiões, não se confundisse.

Nos primeiros tempos, após o casamento, era frequente os pais oferecerem a alimentação ao filho(a) e respectiva esposa(o), "*antigamente ajudavam mais do que agora*", disse-nos uma das informantes.

Os rapazes que participavam no casamento davam ao noivo, em regra, 20$00[33], 30$00 ou raramente 50$00[34]. Não davam bens materiais.

As raparigas davam à noiva, geralmente, um prato comum, muitas vezes cheio de qualquer cereal, milho ou trigo.

As ofertas aos noivos eram feitas na véspera do casamento, mais tarde somente pelas pessoas que residiam fora da aldeia.

Os familiares e os padrinhos dos noivos que vinham ao casamento "*traziam um cargo de comida*" (pão, carne, arroz, massa, etc.), para ser consumida durante a boda. Os padrinhos e as madrinhas davam sempre o dobro de qualquer outra pessoa.

A madrinha de casamento de uma das informantes deu-lhe como prenda uma toalha de mesa, uma toalha de rosto, uma tigela, seis garfos e seis colheres, além de bens utilizados na confecção da comida para o casamento (arroz, massa, açúcar, etc.).

A composição do enxoval de uma rapariga ou de um rapaz estava muito dependente do poder económico de seus pais.

Eram as raparigas que preparavam o seu próprio enxoval. O enxoval dos rapazes era preparado pela mãe ou pelas irmãs.

Em Rabacinas e Montes da Senhora não havia exposição pública do enxoval. Ainda que em Sobreira Formosa esta prática estivesse difundida, isto não impedia que uma mãe mostrasse o enxoval da filha a um grupo muito restrito de pessoas. Mas, "*amostrar o quê? Misérias? Havia que amostrar?*" Comenta uma informante.

Em Rabacinas toda a gente tinha galinhas, mas não era hábito comer-se ovos. Os ovos eram utilizados para trocar por sardinhas ou eram vendidos a uma oveira. O dinheiro assim obtido era propriedade da mulher e revertia para a compra das linhas com que as filhas bordavam o enxoval.

Segue-se a listagem do material que fazia parte do enxoval da rapariga: uma almotolia; um penico; uma malga das broas; um tabuleiro; uma maceira; uma tenaz; umas trempes; um azado para a água; um caldeiro para a comida dos porcos (nem sempre); um caldeiro para dar água aos animais (nem sempre); quatro a seis lençóis; duas travesseiras (almofadas); um travesseiro; duas ou três mantas; uma panela; uma picheira; uma arca (utilizada como mala); pratos, eram geralmente oferecidos à rapariga como prenda de casamento pelas convidadas; uma peneira; um joeiro (nem sempre); uma rapadoura; uma corrente do lume; uma mesa pequena (para as refeições); duas cadeiras ou bancos[35]; uma cama; material para a mortalha.

---

[33] Vinte escudos (em moeda anterior à adesão ao euro).
[34] O valor de uma jorna na altura rondava os 7$00 a 10$00.
[35] Existia em todas as casas uma cadeira mais alta que as restantes onde o homem se sentava. Foi-nos dito que, do ponto de vista anatómico, os homens se sentem mal nos assentos baixos devido à massa testicular.

No passado, em Rabacinas e em Montes da Senhora, as moças não levavam no enxoval bolsas com atilhos; dizia-se que quantos atilhos levassem já enfiados nas bolsas quantos filhos teriam.

Listagem do material que integrava o enxoval do homem: uma casa para viver; uma horta "*para fazerem por batatas*"; umas oliveiras para terem azeite para casa; todas as alfaias agrícolas; uma almofada; uma manta (cobertor); um lençol, para a mortalha.

Um indivíduo solteiro, de qualquer idade, não devia permitir que lhe varressem os pés, diziam que ficava solteiro.

3.3.5. Comidas

Na véspera da boda cozia-se pão em quantidade adequada e matavam-se as rezes (capados[36], borregos, cabras).

Na véspera, à noite, já se comiam as fressuras[37] dos animais mortos.

Os pratos típicos da boda eram as sopas escaldadas[38], a carne fresca guisada e os maranhos[39] (incluídos nas sopas escaldadas). Da doçaria faziam parte o arroz doce, as broas de mel[40] e os

---

[36] Chibos capados.

[37] Vísceras como bofe (pulmões), traqueia e coração.

[38] *Sopas de Boda ou Sopas Escaldadas*. Ingredientes: carne fresca de cabrito, cabra ou ovelha, maranhos, chouriços, presunto, massa de cotovelo (grossa), pão em fatias, hortelã, água e sal. Preparação: junta-se numa grande panela água e a carne fresca (principalmente as partes do animal que contenham ossos como o pescoço e toda a coluna, o que não exclui completamente as outras partes), os maranhos, um bocado de chouriço, um bocado de presunto, sal e põe-se tudo a cozer. Depois destas carnes cozidas, tiram-se para dentro de uma bacia e à água da cozedura da carne junta-se a massa. Prepara-se de seguida uma bacia com fatias de pão, acamadas (dispostas horizontalmente) e sobre elas ramos de hortelã. Logo que a massa esteja cozida verte-se a água com a massa sobre as fatias de pão e a hortelã. A carne é servida numa travessa à parte e cada pessoa tira, para o seu prato, sopas e carne. Observações: este prato é típico das festas ou casamentos porque era a ocasião em que matavam os animais. Em Vila Velha de Ródão são conhecidas por sopas de boda e em Rabacinas por sopas escaldadas. Informante: Maria do Carmo, 09/02/86.

[39] *Maranhos*. Ingredientes: carne fresca de ovelha, cabrito ou cabra, chouriço, presunto, sal, vinho branco, arroz cru, salsa e hortelã. Preparação: lavagem da bochada (estômago do animal, cabra): coloca-se a bochada sobre uma superfície direita e limpa, verte-se cal sobre a bochada e esfrega-se muito bem, depois raspa-se com uma faca toda a cal em ambas as faces. Posteriormente é lavada com limão ou vinagre e por fim com água. Depois, divide-se a bochada em três ou quatro partes e cose-se cada uma das partes de modo a formar sacos. Em seguida enchem-se cada um destes sacos com os ingredientes acima mencionados, até três quartos do seu volume (só três quartos devido ao aumento de volume do arroz durante a cozedura). Miga-se a carne muito miudinha, acrescenta-se um pouco de chouriço e presunto migado, tempera-se com sal, vinho branco em pouca quantidade, salsa e hortelã (em quantidade). Mistura-se tudo, adiciona-se-lhe o arroz cru. Estes ingredientes metem-se dentro das bolsas que fizeram a partir da bochada do animal. Cozesse e está pronto a ser servido, em fatias. Observações: este prato era usual nos dias de casamento e outras festas. Informante: Maria do Carmo, 09/02/86

[40] *Broas de Mel.* Ingredientes: 20 ovos, 1 litro de azeite, 1 kg de açúcar, 0,25 litro de mel, uma colher de pó royal misturado na farinha até tender. Preparação: bater os ovos juntamente com o açúcar. Ferver o mel com o azeite e a casca de limão. Deixar arrefecer até ficar morno, quando os ovos estiverem batidos e o azeite morno deita-se a mistura por cima dos ovos. O azeite já deve estar meio frio, porque senão corre o risco de cozer os ovos. Vai-se deitando a farinha e batendo com a mão até tender. Distribui-se a massa pelos tabuleiros com uma colher, fazendo montinhos. Depois vão ao forno a cozer. As broas têm a forma de um cone em que a base é aproximadamente superior duas vezes à altura. Observações: a temperatura do forno (de lenha) é controlada dos seguintes modos: depois do forno varrido deita-se uma mão cheia de farinha para o seu interior, se a farinha queimar muito depressa é sinal de que o forno está muito quente. Aguarda-se então um pouco mais. Se a farinha demorar um pouco a

bolos fintos[41]. As broas de mel e os bolos fintos começavam a ser preparados com oito dias de antecedência. Apenas os bolos eram preparados separadamente por ambas as famílias. Depois, para a boda, ambas as famílias contribuíam com partes iguais.

3.4. Morte

A morte é o epílogo inevitável de um indivíduo sendo considerado um rito de separação.

Hoje, morre-se cada vez mais no hospital. Estatísticas actuais indicam que 50% dos óbitos registados em 1992 se deram em hospitais. Isto reflecte a tendência, cada vez maior, em afastar a morte do pé da porta; fazer o velório na capela mortuária é um outro exemplo desse afastamento.

No passado, em Rabacinas, observavam-se práticas contrárias às de hoje. O indivíduo e os seus familiares faziam com que o doente ou idoso morresse em casa.

Até há poucos anos, as gentes das nossas aldeias quando internadas no hospital e pressentindo uma situação grave de doença pediam, insistentemente, para voltar para casa, para morrerem no local onde sempre viveram. Hoje, este pedido é cada vez menos observado. Então, a morte era encarada de modo mais natural.

"*Os procedimentos fúnebres revelam uma extraordinária semelhança em todo o mundo. Quando a morte se avizinha, em qualquer caso, sempre os parentes mais próximos por vezes toda a comunidade, reúnem-se em torno do moribundo, e a morte, o acto mais privado que um homem pode efectuar, é transformado em acontecimento tribal público*" (MALINOWSKI, 1988:51).

A morte deixou de ser um acto social colectivo para passar a um mero acto privado, desprestigiante e trabalhoso.

A comunidade de Rabacinas mantinha algumas crenças relacionadas com a morte. Por exemplo, quando um indivíduo, geralmente idoso e há muito tempo doente, não gostava de determinado alimento, fruta por exemplo, e depois passava a comê-la e a desejá-la acreditava-se que morreria em breve.

Acreditava-se também que quando morria um anjo ao Domingo morreria um adulto em cada um dos seis dias seguintes.

---

queimar colocam-se os tabuleiros com as broas em massa dentro do forno. As broas demoram muito pouco tempo no forno, quase que são umas a entrar e outras a sair. Pela cor aloirada sabe-se quando estão cozidas. Tender aqui significa que podemos por as broas em massa dentro do tabuleiro e esta não ter tendência para se distender lateralmente.

[41] *Bolos Fintos.* Ingredientes: 3,5 Kg de farinha, 24 ovos, 1,125 kg de açúcar, 125 gr de margarina, 1,25 litro de azeite, meio cálice de aguardente, 125 gr de fermento do padeiro, erva-doce, canela, limão e leite (quantidade facultativa). Preparação: bater os ovos (previamente aquecidos) com o açúcar, adicionar o azeite, a margarina derretida e por fim a farinha. A massinha (fermento ou crescente) é feita com um quilo de farinha e o fermento. Desfazer o fermento em leite quente e juntar ao quilo da farinha. Só depois se junta ao batido dos ovos. É posto a levedar durante três ou quatro horas. São depois tendidos, como o pão, e por fim levedam mais meia hora no tabuleiro antes de irem para o forno.

Aceita-se igualmente que quando os corvos se cruzam em voo, sobre uma aldeia, é prenúncio da morte de uma pessoa nessa comunidade.

Vejamos agora como a população de Rabacinas (Proença-a-Nova) lidava com a morte.

3.4.1. O moribundo

Era preocupação de todos os familiares e gentes da aldeia despedirem-se do moribundo, *a última visita*.

Estando um indivíduo moribundo a família chamava o padre para o confessar e administrar-lhe a extrema-unção.

3.4.2. A morte

Quando uma pessoa morria a primeira coisa que se fazia era chamar o vizinho "*de mais perto da porta*" e informá-lo da ocorrência.

O vizinho tinha a função de fazer circular a notícia pelo povo avisando a comunidade da morte de um dos seus membros e, simultaneamente, de dar conhecimento da ocorrência ao padre da freguesia (Montes da Senhora).

3.4.2.1. Preparação do morto

Depois de lavado e barbeado (se era homem) o morto, vestiam-lhe a melhor roupa que tivesse guardada para aquela ocasião. Se a *roupa melhor* não existia, ou não estava disponível, vestiam-lhe qualquer outra, desde que estivesse limpa.

Ao vizinho mais próximo estava, geralmente, entregue a função de lavar e vestir o morto. Dizemos *geralmente* porque, algumas vezes, recorria-se ao serviço de uma mulher, que habitualmente também fazia este serviço. A barba era feita por um homem.

A mortalha dos homens era constituída por um par de sapatos ou botas, umas ceroulas e umas calças, uma camisa e um casaco e um lençol para o cobrir.

A mortalha das mulheres tinha a seguinte composição: um colete; um par de sapatos e meias; uma saia e uma blusa; um casaco (nem sempre) e um lençol para a tapar.

A mortalha era preparada quando se estava doente. Entretanto, havia pessoas que a preparavam com muitos anos de antecedência.

Na generalidade dos casos, as duas únicas preocupações com a mortalha era seleccionar a melhor roupa e não incluir indumentária de cor negra.

Depois de preparado, e durante o velório, o morto era colocado na sua cama e só passava para o esquife, no momento de sair para o cemitério.

Enquanto estava na cama era totalmente coberto com um lençol ou com uma colcha branca.

3.4.2.2. Velório

Em Rabacinas os que coabitavam com o morto não faziam comida no dia da morte do seu familiar. A comida era confeccionada pelos vizinhos que a levavam a quem residia com o morto. A ementa era constituída por ovos fritos, sopas de ovo ou batatas com bacalhau. Aos que co-residiam com o morto estava estritamente proibido, durante esse dia, a ingestão de carne; diziam que "*quem dá carne para a terra, não deve comer carne*".

Em comunidades vizinhas (Bairrada, por exemplo), a proibição alargava-se por três dias; alegavam que comer carne seria comer a carne do morto.

Devido à configuração arquitectónica das casas, o quarto era do tamanho da cama. Deste modo, as pessoas tinham que ficar na sala ou na cozinha enquanto velavam o corpo, e este estava no quarto, sobre a cama.

Cada pessoa que chegava ao velório trazia consigo uma manta para se deitar e/ou embrulhar e, algumas vezes, uma almofada para se sentar ou deitar. As pessoas sentavam-se no chão, encostadas às paredes. Era frequente deixarem-se dormir.

Não era raro, enquanto dormia, que algum dos participantes no velório deixasse escapar um peido, o que dava azo a uma risada geral.

Participava no velório um elemento de cada casa, geralmente uma mulher. O homem, quando muito, passava fugazmente pelo local, se era familiar chegado. As mulheres velavam o morto durante toda a noite. Ocupavam o tempo conversando, sobre temática diversificada, dormindo e rezando o terço.

Era costume ter junto ao morto uma taça com água benta, que iam buscar à igreja. Assim, cada pessoa que chegava, depois de rezar um Padre-Nosso, aspergia o morto na cabeça, nos pés e na barriga. Para o fazer usavam um ramo de oliveira. Outras preferiam fazer uma cruz sobre o morto.

Cada indivíduo levava consigo uma candeia de azeite, que era pendurada no compartimento do morto. Com frequência era necessário colocar um fio, de um ao outro lado do quarto, para pendurar todas as candeias. A casa acabava por ficar com um cheiro nauseabundo provocado pelo fumo.

O esquife estava guardado no lagar; ninguém o queria em casa. Quando começaram a usar o caixão deitaram o esquife à Ribeira abaixo.

Muitas vezes, devido à estrutura arquitectónica das casas, não conseguiam levar o esquife junto do morto. Então traziam o morto, destapado, em braços, para fora de casa, transportado por um homem à frente e outro atrás.

No momento da saída do morto era distribuída uma fatia de *pão seco* pelos inocentes, crianças até sete anos de idade. Diziam que era uma oferenda pela alma do morto.

Não deixavam estar as crianças ao pé dos mortos. Deste modo, quando havia mortos em casa, as crianças iam para a casa de vizinhos ou familiares.

3.4.2.3. Enterro

O funeral é um rito de separação.

Em Rabacinas não havia cemitério. Os mortos eram transportados, em ombros, para Montes da Senhora, que dista 5 km de Rabacinas, por caminhos pouco praticáveis na altura. Neste percurso havia cinco *pousos*, locais pré-determinados de paragem (centro de Rabacinas, Alto da Portela, Cimo do Casteleiro, Alminhas do Chão do Galego e Alto dos Montes da Senhora) e descanso. Não havia reza em coro.

O padre, residindo nos Montes da Senhora, não acompanhava os funerais de Rabacinas, nem os funerais levavam qualquer cruz na cabeça do cortejo.

Nos enterros, há algumas décadas atrás, só os homens acompanhavam os mortos no percurso referido. Era obrigação de cada família da aldeia enviar um seu membro a acompanhar o morto. Se por qualquer motivo não o podiam fazer pagavam uma jorna, valor de um dia de trabalho, ao vizinho mais próximo para representar a família.

A família *mais chegada* (ascendente / descendente) não participava no funeral.

Era hábito que enquanto o funeral passasse em frente de uma casa todos os seus ocupantes se levantassem, mesmo doentes. Diziam que *não era bom* ficar sentado ou deitado. Os homens, mesmo dentro de casa, deviam descobrir-se, isto é, tirar o chapéu. Se qualquer homem se cruzasse com o acompanhamento, na rua, devia postar-se de um ou outro lado da via, tirar o chapéu e rezar um Padre-Nosso (nem sempre), como sinal de respeito.

Referimos que só os homens acompanhavam os mortos. Mas, nem todos os homens da aldeia. Rabacinas estava dividida em duas partes: a *parte de cima* e a *parte de baixo*. O forno marcava a divisória entre aquelas duas partes. Deste modo, quando morria um habitante da *parte de cima* só os homens residentes nesta parte acompanhavam o morto. Se o morto era da *parte de baixo* da povoação só os homens aqui residentes o acompanhavam. Este sistema durou enquanto se usou o esquife e desapareceu com a introdução do caixão.

Em Montes da Senhora, depois de feito o funeral, o dinheiro recebido do acto de representação dos vizinhos era gasto em vinho. Deste modo, era frequente que os homens regressassem bêbados a Rabacinas.

De regresso, como nem sempre vinham juntos, ninguém queria trazer o esquife.

Pela morte de um *anjo*[42] os homens não participavam no funeral. O *anjo* era acompanhado por outras crianças e pelas raparigas solteiras da povoação e transportado para o cemitério dentro de um tabuleiro. Nestes casos não havia missa, ainda que fosse acompanhado por um padre. Era pecado rezar pela alma de um anjo. "*Porque os anjinhos não têm pecados*".

O funeral de um suicida não tinha cerimónia religiosa, nem era acompanhado pelo padre. O corpo do suicida não entrava na igreja. Os padres não diziam missa pelos suicidas.

Mas, em Rabacinas, o enforcamento era o único meio reconhecido como acto suicida. Deste modo, se o suicida utilizasse o afogamento, por exemplo, já se cumpriam todos os rituais religiosos, porque ficava sempre a dúvida se a morte fora propositada ou acidental.

3.4.3. Sistema de quotização

O sistema de quotização foi apenas introduzido com o aparecimento do caixão, há cerca de 40 anos. Porque, ao contrário do esquife, este exigia custos significativos, materiais e mão-de-obra.

O caixão era feito pelos carpinteiros da aldeia.

Por morte de uma pessoa era costume fazer-se uma quotização entre todas as famílias da aldeia, para ajudar a casa enlutada nas despesas do enterro. O vizinho mais próximo era o responsável pela colecta. Este sistema estendia-se para além dos limites geográficos da povoação. Assim, qualquer pessoa dali natural que residisse em comunidades vizinhas continuava, geralmente, a pagar a respectiva quotização e, simultaneamente, via-se abrangida pelo mesmo sistema, em caso de morte no seu agregado familiar. Neste caso, o vizinho mais próximo da casa onde residira encarregava-se da colecta que fazia chegar ao seu destinatário.

O valor da quotização variou ao longo do tempo. Há cerca de 35 anos era de 1$00 por óbito. A contribuição era igual para as crianças (anjo) e para os adultos e o seu valor era independente da situação sócio-económica de quem contribuía.

3.4.4. Luto

O luto é um conjunto de manifestações de pesar que abrange os familiares mais próximos do morto, durante um determinado período de tempo.

Depois de grosseiramente se definir luto, considera-se útil definir algumas expressões com ele directamente relacionadas.

Andar de luto carregado: período do luto próximo do acontecimento fúnebre que lhe deu origem. Neste estado, a mulher veste sempre de preto e cobre a cabeça com um lenço e xaile da mesma

[42] Crianças com menos de sete anos de idade. Idade a partir da qual os homens da Igreja denominam de idade da razão. Após os sete anos de idade considerava-se que a criança era capaz de discernir entre o bem e o mal, logo, susceptível de receber dos sacramentos de confirmação e extrema-unção.

cor. O homem veste camisa preta, sob casaco e usa chapéu. Põe-se luto carregado só por um parente muito próximo.

Andar de luto ou *andar de preto*: diz-se que a pessoa está perante uma situação de luto por morte de qualquer familiar. Veste-se sempre de preto e pode ou não cobrir a cabeça com um lenço (preto). O homem pode utilizar qualquer identificação.

Andar de roxo ou *aliviar luto*: fase de transição entre o luto e a gala. Nesta situação a pessoa não pode utilizar indumentária de cores *garridas* (alegres). As cores mais usadas são o branco, o preto, o azul-escuro e o cinzento.

Andar de gala: diz-se que a pessoa não está em situação de luto. Pode usar indumentária de todas as cores.

Punha-se luto independentemente do sentimento que se sentia pelo morto. O luto, em grande número de casos, pareceu-nos ser mais para consumo externo que interno. E, como se poderá verificar, atinge muito mais as mulheres que os homens.

No quadro II indicamos os tempos de luto mínimos. Essa norma não impedia, entretanto, que fossem ultrapassados. Se os tempos de uso ficassem aquém do estipulado levantava-se, imediatamente, a voz de censura por parte da população. Se o viúvo (a) se casava antes do tempo socialmente prescrito, ouviam-se de imediato os comentários: "*nem sequer lhe guardava respeito*" ou "*olha o respeito que lhe guardava*".

3.4.4.1. Aspectos gerais do luto

Uma das primeiras manifestações de pesar era o encerramento das janelas da residência do morto. Acontecia de imediato, logo que a pessoa expirasse. Abriam-nas um dia depois de ser sepultado.

Se o morto era o pai, a mãe ou qualquer filho com mais de sete anos deixava de limpar-se a casa. A proibição apenas abrangia as grandes limpezas, tal como caiar, e não as pequenas limpezas.

Também nas épocas festivas (Natal e Páscoa) era reprovada a realização de reuniões festivas, de refeições melhoradas e de doçaria própria da ocasião, por parte dos familiares do morto. Para suprir esta situação, vizinhos e familiares davam à família enlutada a doçaria (bolos) que esta não devia confeccionar. A duração desta proibição era variável, consoante o grau de parentesco com o familiar morto. Para os parentes mais próximos mantinha-se por um período de um ou dois anos. No caso de luto pelo marido, a viúva, geralmente, nunca mais festejava estas datas.

Quem estava de luto não devia frequentar festas, bailes, etc.. Em suma, não devia exteriorizar sentimentos de alegria.

Os sinais de luto na aparência física e na indumentária dos homens são: camisa preta, casaco vestido, chapéu na cabeça e deixar de se barbear, atitude de um filho pela morte do pai, procedimento nem sempre verificável (luto carregado); fita preta na gola do casaco; fita preta no braço do casaco; e fita preta no chapéu, se o chapéu fosse de cor castanha.

Os sinais de luto na aparência física e na indumentária das mulheres são: todas vestidas de preto com xaile e lenço na cabeça (luto carregado); todas vestidas de preto com lenço na cabeça; vestidas de preto, sem lenço nem xaile; e brincos das orelhas forrados de pano preto.

Quadro 2. Tempos e sinais de luto

Relacionamento familiar	Tempos mínimos de luto e observações
Marido pela esposa	Três ou quatro anos. Frequentemente era menos tempo. Usava camisa preta até começar a aliviar o luto (uso da fita preta). Muitas vezes os homens voltavam a casar-se. Quando se casasse, se ainda andasse de luto pela esposa anterior, tirava o luto.
Esposa pelo marido	Toda a vida. Usava luto carregado um ano (com xaile pela cabeça). As mulheres raramente voltavam a casar. Nos últimos 50 anos, em Rabacinas, contam-se dois únicos casos em que as mulheres voltaram a casar. Se casavam uma segunda vez aguardavam três ou quatro anos. Mesmo depois do novo casamento nunca chegavam a andar de gala.
Pais pelo filho(a) (mais de sete anos) (menos de sete anos)	Três meses de luto carregado. 18 meses de preto. Seis meses de roxo. Não punham luto.
Filho (a) pelos pais	Três meses de luto carregado. Os homens deixavam crescer a barba e andavam 18 meses de casaco vestido e chapéu na cabeça. Depois, seis meses de roxo, passavam a usar só a fita preta no chapéu (se de cor castanha), na manga ou na gola do casaco (se não fosse preto).
Avô (ó) pelo neto (a)	Seis meses de luto.
Neto (a) pelo avô (ó)	Uma semana de luto carregado. Dois meses de luto. Quatro meses a aliviar luto.
Sobrinho (a) por um tio (a)	Três meses de roxo. Nos últimos 45 dias podiam usar qualquer roupa, menos vermelho.
Tio (a) pelo sobrinho (a)	30 ou 45 dias de roxo.
Primo (a)	Três meses de roxo. Se o enlutado era do sexo masculino só punha fita preta no braço, e nem sempre.
Cunhado (a)	Um mês de luto. Onze meses a aliviar luto.
Sogro (a)	O mesmo que por um pai.
Genro ou nora	18 meses de luto. Seis meses a aliviar luto.

4. Fecho

Ao longo do retrato etnográfico que fizemos da pequena aldeia de Rabacinas pudemos observar fenómenos e atitudes interessantes, quanto ao protagonismo do indivíduo ou do grupo.

Assim, nos momentos mais significativos da vida de um indivíduo o grupo é chamado a dar resposta e a ocupar posição activa, mesmo em assuntos que possam parecer de foro pessoal ou familiar; começa por pouco interferir nos ritos ligados ao nascimento, neste caso o baptizado, passando a um protagonismo sempre crescente na puberdade, no casamento e culminando, com todas as *casas*[43] envolvidas, na morte.

O protagonismo da família parece ser inversamente proporcional ao do grupo. Começa mais intensamente com o nascimento e o baptismo e termina diluidamente com a morte.

Mas vejamos como Patrícia Goldey o observou numa aldeia do Gerês. "*Enquanto o nascimento e o baptismo são considerados assuntos de família, o casamento e os funerais dizem obviamente respeito não só à família da pessoa falecida, mas também às outras famílias da aldeia*"[44].

No caso de morte destacamos o papel passivo da família. O grupo social liberta-a de todas as importantes tarefas deixando-lhe exclusivamente o papel de chorar e manifestar a dor pelo morto.

Como escrevemos, o estatuto de rapaz / rapariga tem o seu quê de conquista. Os candidatos, de ambos os sexos, tinham que demonstrar capacidades para desempenhar as funções do novo papel social. Depois de testados o grupo passava-lhe as *credenciais* do estatuto adquirido incluindo-o no seu seio. Só a vontade individual, por grande que fosse, era insuficiente para conseguir tal aquisição.

Deste modo, uma das importantes características dos ritos de passagem é o seu reconhecimento / aceitação por toda a comunidade (baptismo, ganhar como homem na ceifa, casamento, etc.).

Defendemos, ainda que subjectivamente, que o sexo feminino faz a passagem pubertária de modo mais fácil que o sexo masculino. As raparigas parecem não estar sujeitas a tantas provações e fazem esta passagem mais cedo que os rapazes.

Na mulher, o físico e a menarca são fundamentais para a fuga ao estatuto de criança (12-13 anos). No sexo masculino só mais tarde (16-17 anos), após provas de resistência física, se acede ao grupo dos rapazes.

Observamos nesta comunidade, que apenas a puberdade, como rito de passagem, foge ao controlo oficial da Igreja. O padre está no baptismo, no casamento e na morte. A Igreja interveio e apropriou-se destes momentos.

---

[43] *Casa* surge aqui como sinónimo de família. LEBRUN (1983:72) refere "*a família é também o lar, o fogo, a casa, palavras que exprimem bem o laço quase consubstancial entre a família e o tecto que a abriga… A casa, lugar e símbolo da família.*"

[44] Patrícia GOLDEY, *A Boa Morte: Salvação Pessoal e Identidade Comunitária* (FEIJÓ, 1985:102).

Os rituais da puberdade não foram incorporados pela Igreja, provavelmente, por não se concentrarem num único momento, sendo por isso mais fácil fugir ao seu controlo, e estarem ligados ao corpo / sexualidade

No relacionamento rapaz / rapariga o rapaz passa a vida a pedir à rapariga. Pede para dançar, para namorar, para casar. A iniciativa, o primeiro sinal, o protagonismo principal parece pertencer sempre ao rapaz. A rapariga, aparentemente em posição subalterna, cabe-lhe aceitar ou não. Cabe-lhe o importante poder decisório.

O baile era uma importante actividade lúdica que se realizava durante todo o ano, excepto na Quaresma. Qualquer motivo justificava um baile. Quase toda a comunidade participava no baile, com destaque para os adultos jovens. Só os mais velhos o não faziam.

O baile era também um lugar de forte controlo social, de todos sobre todos; mas essencialmente da mulher do grupo etário que rondava os quarenta, cinquenta anos sobre os adultos jovens. Era um dos momentos importantes da passagem de informação entre as mulheres.

Era imprescindível aprender a dançar bem e o mais cedo possível. Os rapazes que não aprendessem a dançar tinham um acesso mais condicionado às fêmeas, porque o baile era o lugar privilegiado de encontro entre uns e outros.

O baile pode também surgir como uma das muitas provas de resistência física, aqui comum ao rapaz e rapariga. Na época era frequente um tipo de concurso de dança em que os vencedores apenas ganhavam prestígio. O tocador tocava até à desistência do último par. Quem desistia não recomeçava. Falam-nos ainda hoje de extraordinários dançarinos, pessoas que aliavam a resistência física à beleza da execução. Indivíduos que "*até dançavam na ponta de uma agulha*".

O baile tinha tanta importância que chegámos a conhecer mulheres cujo critério principal na escolha do homem, com quem casaram, foi o da sua extraordinária qualidade como dançarino.

Nesta área e época um Don Juan tinha forçosamente que ser um excelente dançarino.

A passagem dos indivíduos, de ambos os sexos, do baile das crianças para o baile dos adultos era, como referimos, um importante momento da vida de um jovem, o do reconhecimento pelo grupo da sua maturidade física e psíquica.

Ligado ao baile surge inevitavelmente o dia de Domingo.

No Domingo trabalhava-se menos, ia-se à missa a Montes da Senhora. A ida e a vinda à igreja eram importantes momentos de comunhão, de comunicação e de amizade. Nos Domingos, os jovens faziam ainda um passeio, a qualquer lugar da aldeia ou do seu aro, e no final da tarde faziam um baile sem controlo das mulheres mais velhas. O lugar do baile era o menos importante, ainda que a eira fosse o espaço preferível e ideal.

Já houve espaço para expor os mais importantes momentos de puberdade de um e de outro sexo. Entretanto, destacamos que a passagem de criança a rapariga (cujos momentos mais importantes são a menarca, a transformação do físico, o trabalho remunerado e a passagem ao baile dos crescidos) faz-se num curto lapso de tempo, em um ou dois anos, entre os 12 e os 14 anos.

No sexo masculino, a passagem de criança a rapaz ocorre ao longo de cerca de nove a dez anos, ou mesmo mais. Este período é também pontuado por importantes etapas / momentos como a ejaculação, a transformação do físico, o ganhar na ceifa como homem, o ter acesso ao forno, o frequentar o baile dos crescidos, ser militar, etc..

As provas dos rapazes, quando comparadas com as das raparigas, são em maior número, têm maior grau de dificuldade, duração temporal acrescida e a vertente física-psíquica é muito valorizada.

A despedida de solteira, da rapariga, e a despedida para a tropa, do rapaz, ainda que pareçam momentos importantes e até muito semelhantes do ponto de vista formal, são pouco valorizadas pelos informantes.

Pelo casamento se um nubente recebe determinado valor, como prenda, fica com o dever de retribuir valor semelhante ao indivíduo ou família donatária.

Esta prática era integralmente cumprida. Registava-se o nome da pessoa e a dádiva para se devolver em momento propício (casamento de um filho, por exemplo) valor semelhante. Assim, se um jovem convida um amigo para o seu casamento fica de imediato obrigado a ir também ao dele, desde que convidado e, mesmo que não seja convidado, fica obrigado a retribuir uma prenda de valor semelhante ao recebido.

Este tipo de troca simétrica também tinha sido constatado por F. HENRIQUES (1990a) para situações de doença. "… *era dever de um ex-doente retribuir visitas, pelo menos tantas vezes quantas as que foi visitado pelo actual enfermo*" (Henriques *et all*, 1990a:38).

As dívidas / obrigações para com um indivíduo ou família podiam ser cumpridas na geração seguinte (filhos) e mesmo pelos membros da geração anterior (avós).

Com este trabalho observámos e registámos vários processos, com duração e ritualidade variada mas que culminam no momento a que antropologicamente podemos denominar de rito de passagem. Deste modo, um rito de passagem acaba por ser o zénite de um longo processo.

Ao longo deste trabalho demos conta da importância da casa como unidade de reprodução social. A vida começa e acaba em casa. Em casa se nasce e em casa se morre.

A criança não era isolada dos adultos, convivia com gentes de diferentes níveis etários, tinha um campo de acção alargado a toda a povoação, liberdade de movimentos a condizer e a noção do lícito e do ilícito adquiria-se rapidamente. Ao contrário do que hoje acontece, em que grande parte do seu tempo convive com indivíduos da sua idade.

Todos os rituais iniciáticos são dolorosos. Ou… não serão rituais.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe & Georges DUBY (1991). ***História da Vida Privada***, Edições Afrontamento, Vol. V, pág.635, Porto.

CRESPO, Jorge (1990). ***A História do Corpo***, Difel, 630p, Lisboa.

DIAS, Jorge (1984). ***Rio de Onor - Comunitarismo Agro-pastoril***, 3ª Edição, Editorial Presença, 353p, Porto.

ELIADE, Mircea (1969). ***Origens***, Edições 70, 203p, Lisboa.

ESPÍRITO SANTO, Moisés (s/d). ***A Religião Popular Portuguesa***, Edições A Regra do Jogo, Lisboa.

FEIJÓ, Rui G., Hermínio MARTINS & João Pina CABRAL (1985). ***A Morte no Portugal Contemporâneo***, ***Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas***, Edição Querco, Lisboa.

GENNEP, Arnold Van (1978). ***Ritos de Passagem***, Editora Vozes, 181p, Petrópolis.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1978). Braga.

HENRIQUES, Francisco & João CANINAS (1988). **Contos Populares dos Cortelhões e Plingacheiros**, *Preservação*, 8, 79p, Vila Velha de Ródão.

HNRIQUES, Francisco, João CANINAS, Maria dos Anjos HENRIQUES & Maria do Céu DUARTE (1990a). **Medicina Popular dos Cortelhões e Plingacheiros**, *Preservação*, 9 – 11, p. 35-85, Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, Francisco & João CANINAS (1990b). **1819 – 1846 Óbitos da Freguesia de Vila Velha de Ródão, Primeira Leitura**, *Preservação*, 9 – 11, p. 87 – 179, Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, Francisco (1990c). **Testemunho de Luís Henriques**, *Preservação*, 9 – 11, p. 15 – 27, Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, Francisco, Jorge GOUVEIA & João CANINAS (1992). **Rabacinas – uma comunidade perante a morte**, Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XX, 5, p. 23 – 26, Castelo Branco.

HENRIQUES, Francisco (1993). ***Culto a São Sebastião no Sul da Beira Interior – Primeira Leitura***, inédito.

LEBRUN, François (1983). ***A Vida Conjugal do Antigo Regime***, Edições Rolim, Lisboa.

MACHADO, J. T. Montalvão (195-). ***Como Nascem e Morrem os Portugueses***, Lisboa.

MALINOWSKI, Bronislaw (1988). ***Magia, Ciência e Religião***, Edições 70, Lisboa.

Oliveira, Ernesto Veiga de (1957). **Aspectos do Compadrio em Portugal**, *Actas do 3º Colóquio de Estudos Luso – Portugueses*, p. 154 – 169, Lisboa.

PICÃO, J. Silva (1983). ***Através dos Campos – Usos e Costumes Agrícolo-Alentejanos***, Edições D. Quixote, Lisboa.

RIBEIRO, Orlando, Hermann LAUTENSACH & Suzanne DAVEAU (1989). ***Geografia de Portugal***, vol. III, Edições Sá da Costa, Lisboa.

SANTOS, Armindo dos (1992). ***Heranças – Estrutura Agrária e Sistema de Parentesco numa Aldeia da Beira Baixa***, Edições D. Quixote, Lisboa.